



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC

INSTITUTO DE CULTURA E ARTE - ICA

CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

RENAN MATOS BRITO

**A INTERNET COMO ESPAÇO DE COMUNICAÇÃO SINDICAL:
UM ESTUDO DE CASO SOBRE O SITE DA CENTRAL ÚNICA
DOS TRABALHADORES NO CEARÁ (CUT-CE)**

FORTALEZA - CEARÁ

2023

RENAN MATOS BRITO

**A INTERNET COMO ESPAÇO DE COMUNICAÇÃO SINDICAL:
UM ESTUDO DE CASO SOBRE O SITE DA CENTRAL ÚNICA
DOS TRABALHADORES NO CEARÁ (CUT-CE)**

Monografia apresentada para obtenção do diploma em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pelo Instituto de Cultura e Arte (ICA) da Universidade Federal do Ceará sob a orientação do Prof. Dr. Ismar Capistrano Costa Filho.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- B877 Brito, Renan Matos.
A INTERNET COMO ESPAÇO DE COMUNICAÇÃO SINDICAL: UM ESTUDO DE CASO
SOBRE O SITE DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES NO CEARÁ (CUT-CE) /
Renan Matos Brito. – 2023.
63 f. : il. color.
- Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de
Cultura e Arte, Curso de Comunicação Social (Jornalismo), Fortaleza, 2023.
Orientação: Prof. Dr. Ismar Capistrano Costa Filho.
1. INTERNET. 2. COMUNICAÇÃO. 3. SINDICAL. 4. INTERATIVIDADE. 5. ESPAÇO. I.
Título.

CDD 070.4

RENAN MATOS BRITO

A internet como espaço de comunicação sindical: um estudo de caso sobre o site da
Central Única dos Trabalhadores no Ceará (CUT-CE)

Esta monografia foi submetida ao Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do
Ceará como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida desde que feita de acordo com as
normas da ética científica.

Monografia apresentada à Banca Examinadora:

Prof. Dr. Ismar Capistrano Costa Filho (Orientador)
Universidade Federal do Ceará

Prof. Eriene da Silva Firmino (Membro)
Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Robson da Silva Braga (Membro)
Universidade Federal do Ceará

Dedico este trabalho aos meus pais, Iracy e David, aos meus amigos, e principalmente a minha amada noiva, Lethycia Mesquita, pelo incentivo e apoio na busca pela realização dos meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Acima de tudo, à Deus pela oportunidade de chegar até aqui, superando os obstáculos e os desafios que tornaram a caminhada árdua, mas imprescindível para o meu próprio amadurecimento acadêmico e pessoal.

Agradeço imensamente aos meus pais e aos meus sogros pelo o amor e todo o apoio que precisei para vencer meus medos e realizar os meus sonhos.

O meu muito obrigado a você também, Lethycia Mesquita, minha amada noiva e futura esposa pelo amor e cuidado, sem sua presença certamente não teria alcançado os meus objetivos, agradeço por estar e permanecer ao meu lado independente das circunstâncias e dos percalços que enfrentamos. Meu amor inefável.

Aos meus avós Rosa e David, que apesar do sentimento de saudade, permanecem guardados no meu coração, através de lembranças e recordações, o meu agradecimento por todo o carinho e também amor, sobretudo pela ajuda no meu crescimento, com todos os ensinamentos e aprendizados que certamente me tornaram mais fortes,.

Aos amigos “apocalípticos”, que eu fiz ao longo desses quatro anos de curso, com os quais aprendi muito, dei muitas risadas, choros e criei laços de amizade que levarei por toda a vida, em especial a meu mais querido amigo Vitor Lopes, pelo afago de compartilhar angústias e dificuldades enfrentadas, tornando a vida mais leve.

Ao meu orientador do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), Ismar Capistrano, por ter aceitado ser meu orientador e ter estado comigo em todo o processo, passando seus ensinamentos e sendo mais do que uma professor, uma amigo nesta jornada.

A todos que fazem parte da Universidade Federal do Ceará (UFC), em especial os professores do curso de Comunicação Social que me ensinaram que ser jornalista é muito mais do que uma profissão é uma verdadeira paixão.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1: Recorte do site da CUT-CE publicada em 09/07/02..... | 45 |
| Figura 2: Recorte do site da CUT Ceará dm 28/11/2023..... | 47 |

RESUMO

Na atualidade, a comunicação é vista como um espaço estratégico usado por organizações e instituições, imprescindível para o estabelecimento de uma relação estreita com seus públicos-alvo. Partindo dessa premissa, o presente Trabalho de Conclusão de Curso delimita como objeto de análise desta pesquisa, o site da Central Única dos Trabalhadores do Ceará, a fim de verificar a sua utilização como canal alternativo de comunicação com as suas categorias, que trabalham nos diversos ramos filiados à entidade. A metodologia adotada na pesquisa foi o estudo de caso juntamente com a investigação exploratória e bibliográfica. Em vista disso, este estudo analisou pelo período de trinta dias, referentes ao mês de março de 2023, intervalo o qual não foram contatadas atipicidades comunicacionais, as produções noticiosas publicadas no site da entidade, tomando como parâmetros os critérios de design, navegabilidade, usabilidade, multimídia e interatividade, dentre outros aspectos de fundamental importância para comunicação sindical. Foram verificadas a adequação limitada do design do site, a pouquidão da multimídia presente no conteúdo noticioso, a falta de atualização de conteúdo e a não completude da acessibilidade que limita a sua usabilidade, e por último, o comprometimento da navegabilidade em decorrência da não observância dos critérios enumerados anteriormente. Por fim, os resultados encontrados demonstram a carência de investimentos tanto em arquitetura como em conteúdos, que geram a insuficiência do site como canal alternativo para a comunicação.

.PALAVRAS - CHAVES: Interatividade; Espaço; Comunicação; Arquitetura

ABSTRACT

Currently, communication is seen as a strategic space used by organizations and institutions, essential for establishing a close relationship with their target audiences. Based on this premise, this Course Completion Work delimits as the object of analysis of this research, the website of the Central Única dos Trabalhadores do Ceará, delimiting it as the object of analysis of this research, in order to verify its use as an alternative channel of communication with its categories, who work in the various branches affiliated to the entity. The methodology adopted in the research was the case study together with exploratory and bibliographical research. In view of this, this study analyzed for a period of thirty days, referring to the month of March 2023, an interval in which communicational atypicalities were not contacted, the news productions published on the entity's website, taking as parameters the criteria of design, navigability, usability, multimodality and interactivity, among other aspects of fundamental importance for union communication. The limited adequacy of the website design, the lack of multimodality present in the news content, the lack of content updating and the lack of completeness of accessibility were verified, which limits its usability, and finally, the compromise of navigability as a result of non-compliance. of the criteria listed above. Finally, the results found demonstrate the lack of investment in both architecture and content, which generates the insufficiency of the website as an alternative channel for communication.

KEYWORDS: Interactivity; Space; Communication; Architecture

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1 - INTRODUÇÃO | 9 |
| 2 - REFERENCIAL TEÓRICO | 12 |
| 2.1 Sindicalismo: Definição e História..... | 12 |
| 2.1.1 O surgimento do sindicalismo no Brasil e no Ceará..... | 14 |
| 2.1.2 Tipos de sindicatos e correntes sindicalistas..... | 20 |
| 2.1.3 Novo sindicalismo e formação da CUT..... | 24 |
| 2.2 Trajetória da Imprensa Sindical | 25 |
| 2.3 A atividade jornalística dentro dos sindicatos | 28 |
| 2.3.1 A comunicação sindical na contemporaneidade | 31 |
| 3 - OBJETO DE ESTUDO: Central Única dos Trabalhadores do Ceará | 33 |
| 3.1 Estrutura..... | 33 |
| 3.2 Dimensão e atuação da CUT Ceará..... | 35 |
| 3.3 Perfil do público da CUT-CE: Classe Trabalhadora..... | 37 |
| 4 - ANÁLISE DA COMUNICAÇÃO DA CUT-CE | 39 |
| 4.1 Design..... | 43 |
| 4.2 Navegabilidade..... | 45 |
| 4.3 Usabilidade..... | 47 |
| 4.1.3 Elementos Multimídia..... | 49 |
| 4.5 Interatividade..... | 51 |
| 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS | 53 |
| 6 - BIBLIOGRAFIA | 55 |

1 INTRODUÇÃO

O campo da comunicação sofreu grandes transformações nos últimos anos provocadas pelo crescimento exponencial da internet, tornando-se uma ferramenta cada vez mais decisiva na relação entre organizações e colaboradores. Essas novas mudanças vêm possibilitando que emissores possam se comunicar de forma direta e acessível com os seus receptores sem a presença de um intermediário, como emissoras de rádio e televisão, fato que impactou positivamente para aqueles que não detêm tantos recursos financeiros para arcar com os custos de espaços informativo em veículos tradicionais de comunicação. E são justamente nesses grupos, que as organizações sindicais encontram-se, e vem se adequando crescentemente às novas tecnologias e formas de comunicar, com o objetivo de estreitar ainda mais a comunicação com os seus diversos públicos, tendo em vista o seu caráter mediador e estratégico na relação entre representante e representado. Para Jambeiro, Bolão e Brittos (2004)

A convergência tecnológica propiciada pela tecnologia digital torna-se possível o uso de uma linguagem comum: um filme, uma chamada telefônica, uma carta, um artigo de revista, qualquer deles pode ser transformado em dígitos e distribuído por fios eletrônicos, microondas, satélites [...] com a digitalização o conteúdo torna-se totalmente plástico, isto é, qualquer mensagem, som, ou imagem pode ser editada e alterada, parcial ou totalmente, tanto na forma como no conteúdo (JAMBEIRO, BOLANOS, BRITTOS, 2004, p. 76).

Neste contexto, as redes digitais proporcionam uma nova forma de comunicação altamente efervescente unindo públicos de diversas gerações. Em vista disso, torna-se necessário ter o conhecimento adequado sobre o dinamismo midiático para que haja de fato um sistema comunicativo eficiente, fomentado pela divulgação de informações e interações de usuários. Em função disso, o espaço midiático possibilitou a criação de inúmeros espaços digitais interativos capazes de mobilizar categorias através de plataformas digitais, utilizadas pelas organizações sindicais como instrumentos em prol da defesa e proteção dos direitos trabalhistas, bem como divulgação das ideias do movimento e das suas estratégias de luta.

A partir dessa prerrogativa, a presente monografia se propõe através da realização de uma pesquisa bibliográfica e documental, analisar o papel da comunicação sindical desenvolvida pela Central Única dos Trabalhadores do Ceará (CUT-CE), entidade sindical brasileira de massas, fundada há 40 anos, de caráter classista, autônomo e democrático, por meio da utilização do seu Site como instrumento de divulgação de informações jornalísticas e de interesse das classes trabalhadoras e da sociedade. Segundo Rego (1986, p. 12):

A comunicação procurará ajustar seu discurso, estudando as habilidades e disposições das fontes e receptores, a natureza técnica dos canais, a complexidade e/ou simplicidade dos conteúdos, a oportunidade e regularidade dos fluxos, o tamanho dos grupos.

A necessidade de ampliação e atualização dos debates em torno da contribuição, influência e a utilização das redes digitais como ferramentas para a prática da comunicação sindical, bem como o aperfeiçoamento de tais redes orientado pelas novas técnicas de interação com o usuário, são as principais motivações para a delimitação da temática. Para tanto, foi adotado um procedimento metodológico, fundamentado na pesquisa exploratória e bibliográfica, o qual orientou a construção da presente monografia, que foi estruturada em cinco capítulos.

No primeiro capítulo, foram discutidos os procedimentos metodológicos e a justificativa para escolha da temática do objeto de análise. No segundo, foi construído o referencial teórico, traçado desde a origem, definição, história e tipos de sindicalismo, como também elaborado uma reconstituição histórica da imprensa sindical e suas influências no movimento sindical, fomentada pela atividade jornalística atuante dentro das organizações sindicais. Na terceira seção, consta a descrição do objeto de estudo e do público. Já no quarto capítulo, foi descrita a composição da equipe de comunicação da entidade, suas respectivas funções e atribuições, como também a análise do site utilizado pela entidade, com base nos critérios de navegabilidade, usabilidade, multimídia e interatividade. Já no último, foram descritos as considerações finais acerca dos resultados encontrados e as expectativas que esperam-se ser alcançadas com a elaboração da pesquisa acadêmica.

Com este trabalho pretende-se analisar a necessidade da utilização, com técnicas adequadas de sites, pelas entidades sindicais. A partir disso, a análise do site da CUT Ceará é feita a partir dos critérios de design, navegabilidade, usabilidade, multimídia e interatividade.

A escolha da temática de pesquisa foi despertada com base no interesse ao compreender como se dá a comunicação sindical, e como esta influencia a vida de milhões de trabalhadores e trabalhadoras, que sentem-se representados ou não, por tal comunicação alternativa. Para além disso, a decisão também foi influenciada pela oportunidade de ter uma experiência profissional, onde pude exercer a função de estagiário da organização sindical analisada, no que diz respeito à produção e edição de informativos, bem como a elaboração de conteúdos para o site da entidade classicista. Por fim, o processo de construção da presente

pesquisa é motivado também pela minha percepção de escassez de atualizações e de discussões acerca da comunicação sindical, seja nos ambientes laborais ou acadêmicos, como forma de fomentar o assunto e gerar o interesses do público na pesquisa sobre a temáticas, que praticamente sempre esteve presente na história do Brasil, destacando-se pela representação de profissões essenciais para o pleno funcionamento da sociedade, na luta pela proteção, conquista e manutenção de seus direitos.

A presente pesquisa foi orientada através de uma revisão bibliográfica e documental de pesquisadores especialistas que investigam o campo da comunicação sindical. Para além disso, também foi proposto um estudo de caso acerca da comunicação desenvolvida pela Central em seu site, no período de março de 2023, a partir de uma análise exploratória de 19 produções noticiosas produzidas e publicadas no respectivo Portal de Notícias, mês o qual não foram identificadas atipicidades, como greves, campanhas salariais ou outros grandes embates nacionais e regionais, que compromettesse ou alterasse os resultados do estudo.

Para Ponte (2006, p.2) o estudo de caso, trata-se de “uma investigação que se assume como particularística, isto é, que se debruça deliberadamente sobre uma situação específica que se supõe ser única ou especial, pelo menos em certos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial”. Logo, foi avaliado e mensurado o conteúdo compartilhado na respectiva rede, através de critérios bibliográficos e técnicos definidos anteriormente na discussão, enumerando e propondo métodos inovadores e estratégicos que impactam no processo comunicativo, tornando-o efetivo, direcionado e ordenado.

Diante disso, foram propostos os seguintes procedimentos teórico-metodológicos, que foram embasados no materialismo histórico-dialético, que subsidiou o estudo da comunicação sindical da CUT Ceará:

- 1) Investigação em documentos oficiais da Central, a fim de identificar na concepção de comunicação requerida pela CUT Ceará, o direcionamento de sua política comunicacional;
- 2) Análise exploratória do Site de notícias gerido pela CUT-CE, evidenciando os conteúdos publicados nas plataformas, bem como as estratégias de comunicação e a interação entre Central e suas bases.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Sindicalismo: Definição e História

A origem das relações sindicais está diretamente ligada ao intenso contexto de desenvolvimento industrial vivenciado, e consolidado pelo regime capitalista no continente Europeu a partir do século XVIII, período em que a Revolução Industrial foi responsável pelo surgimento de inúmeras transformações tecnológicas, sociais e econômicas. Esse cenário foi marcado pela substituição da manufatura pela maquinofatura, influenciado pela chegada da máquina a vapor, movida pelo carvão mineral, bem como pelo ingresso do capitalismo na fase industrial.

A invenção de máquina para fazer o trabalho do homem era uma história antiga, muito antiga. Mas como a associação da máquina à força a vapor ocorreu uma modificação importante no método de produção. O aparecimento da máquina movida a vapor foi o nascimento do sistema fabril em grande escala. Era possível ter fábricas sem máquinas, mas não era possível ter máquinas a vapor sem fábricas. (HUBERMAN, 1981, p. 184)

Logo, o avanço do maquinismo, tornou-se uma corrida incansável pelo aumento das taxas de lucratividade de fabricantes capitalistas, o que provocou o desemprego de uma grande quantia de operários e conseqüentemente a sua valorização. Para Lênin (1979), é da luta contínua entre patrões e operários, estes últimos pelas condições materiais de existência que surgem as primeiras formas de organização dos trabalhadores. A partir disso, os trabalhadores ficaram submissos aos modelos produtivos, foram afastados do produto final elaborado na linhas produtivas, isto é, os produtos elaborados pelos trabalhadores foram apropriados pelo sistema capitalista, e por fim, foram subordinados às normas trabalhistas impostas pela figura do patrão.

A entrada dos operários, a refeição deles e a saída ocorrem ao som do sino. No interior da fábrica, cada um tem seu lugar marcado, a tarefa estritamente delimitada e sempre a mesma; todos devem trabalhar regularmente e sem parar, sob o olhar do contra-mestre que o força à obediência mediante a ameaça da multa ou da demissão, por vezes até mesmo mediante uma coação mais brutal. (Paul Mantaux citado por BEAUD, 1981, p. 108)

Para o historiador Edward Thompson, tanto o contexto político quanto a máquina a vapor tiveram a maior influência sobre a formação da consciência e das instituições da classe operária (THOMPSON, 1987, p. 21). Segundo o autor, a população ficou sujeita a dois modelos de relacionamento, a exploração econômica e a opressão política. Apesar de tais

avanços, o período foi marcado pelas péssimas condições de vida e trabalho às quais estavam submetidos trabalhadores e pela insurgência de correntes trabalhistas. Para Antunes (2011) o trabalho se converte em mero meio de subsistência, tornando-se uma mercadoria especial, a força de trabalho, cuja finalidade precípua é valorizar o capital.

Diante disso, dois movimentos do operariado destacaram-se em decorrência da luta por mais assistência trabalhista e qualidade de vida dos trabalhadores. O Ludismo, termo usado como designação dos movimentos operários de protesto que se uniram e revoltaram-se contra as máquinas ao final do século XVIII, na Inglaterra. Os destruidores de máquinas ao lutarem contra a maquinaria sentiam que lutavam por um padrão de vida (HUBERMAN, 2010, p. 148-149), visto que eram caracterizados popularmente como “quebradores de máquinas”, pois reivindicavam os empregos perdidos com a chegada do maquinário, o aumento de salários e lutavam contra a precarização trabalhista oriunda da industrialização.

Para atender o crescimento intensivo e extensivo do mercado mundial e superar a sua concorrência, os proprietários capitalistas ingleses iniciaram um processo de mecanização e de subordinação da força de trabalho ao capital, que permitia a extração da mais-valia, ao explorar a força de trabalho além da necessidade de sua reprodução (Mais-valia significa o valor do trabalho não pago ao trabalhador, isto é, exploração do sobretrabalho, parte que é abocanhado pelo capitalista). (SANDRONI, 1994)

Já, o Cartismo, composto pela “Associação dos Operários”, teve sua origem na petição que ficou conhecida como “Carta do Povo”, em 1837, que registrava as reivindicações que os participantes do movimento desejavam que fossem implementadas nas políticas trabalhistas, como direitos políticos dos operários, como o sufrágio universal, melhoria nas condições e jornadas de trabalho. Embora tenha tido o apoio de uma grande massa trabalhista, a Carta teve as petições rejeitadas pelo Parlamento Inglês, segundo Braick e Mota (2007).

Em síntese, os movimentos do operariado foram influenciados em grande parte pelas condições vivenciadas pela população nos locais de trabalho, bem como o cenário político a que o povo estava submetido naquela época. A partir disso, os trabalhadores passaram a lutar contra as demais forças da sociedade (MORTON; TATE, 1971). Assim, a classe operária encontrou em suas próprias associações através das mobilizações, um meio de resistência frente à exploração capitalista e as péssimas condições de trabalho, bem como um instrumento de luta e de conquista, sobretudo de manutenção de seus direitos. Neste cenário emergente de união de classes, os sindicatos encontram um local propício para o seu fortalecimento e crescimento social.

Os sindicatos representaram, nos primeiros tempos do desenvolvimento do capitalismo, um progresso gigantesco da classe operária, pois propiciaram a passagem da dispersão e da importância dos operários aos rudimentos da união da classe. (ANTUNES, 1983, p. 3)

Desse modo, os sindicatos trabalhistas colocaram em prática o seu papel de intercessores sociais, como representante dos interesses comuns e coletivos dos trabalhadores, de tal modo que o sindicalismo influenciou na formação da consciência crítica e do pleno exercício de sua cidadania, instruindo acerca de direitos e deveres inerentes ao operariado. Tal proposição assemelha-se à definição informada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), entidade fundada e mantida pelo movimento sindical brasileiro, em 1955, com a finalidade de desenvolver pesquisas que pudessem gerar subsídios para as demandas dos trabalhadores:

Os sindicatos são organizações de representação dos interesses dos trabalhadores, criadas para compensar o poder dos empregadores na relação contratual, sempre desigual e reconhecidamente conflituosa, entre capital e trabalho. (DIEESE, 2017, p.2)

Logo, o movimento sindical foi responsável por diversas melhorias conquistadas ao longo da história, na luta por melhorias nas condições de trabalho e vida não somente da classe trabalhadora, mas da população em geral. Tais como, piso mínimo de categorias, reajustes salariais, as condições, implementação de vales refeição, cartão alimentação e auxílio creche, dentre outras mudanças. Ainda segundo o Dieese, os sindicatos têm exercido papel fundamental na organização da classe trabalhadora para a luta por uma sociedade justa e democrática, pressionando pela ampliação dos limites dos direitos individuais e coletivos ainda hoje estreitos em muitos países, entre os quais o Brasil (DIEESE, 2017, p.2). Em decorrência disso, os sindicatos tornaram-se entidades compostas pelos próprios trabalhadores e movidos por suas lutas cotidianas pela emancipação política, econômica e social. De acordo com Cândido Filho (1984, p. 64), a palavra sindicato é originária da palavra francesa “syndic”, que por definição é ser “representante de determinada comunidade”. isto é, são instituições reconhecidas socialmente e atual em prol da regulamentação e fiscalização das remunerações, das jornadas laborais e da legislação trabalhista.

2.1.1 O surgimento do sindicalismo no Brasil e no Ceará

A origem da formação dos primeiros sindicatos em solo brasileiro sucedeu-se em decorrência da influência do movimento migratório exercido pelos trabalhadores vindos do

continente Europeu, uma vez que no final do século XIX, a economia do Brasil estava em processo de transição, motivada pelo término do regime escravocrata em função do movimento abolicionista, bem como pela Proclamação da República. Em função disso, o trabalho escravo foi substituído pela mão de obra assalariada, fato que atraiu um grande contingente de imigrantes oriundos da Europa, os quais depararam-se com uma nova sociedade que assegurava poucos direitos aos trabalhadores, tendo em vista o antigo sistema escravocrata. Logo, o novo operariado buscou a formação de organizações que representassem suas reivindicações, visto que os operários já vinham com uma prévia consciência de classe provenientes de seus países de origem. De acordo com Simioni:

O mundo do trabalho atravessa um período de mudanças. Ocorrem alterações drásticas nas estruturas de emprego. Mesmo nos países centrais do capitalismo as taxas de desemprego alcançam níveis elevadíssimos e colocam problemas socioeconômicos que as políticas governamentais não conseguem solucionar. (SIMONI, 2004, p.13)

Numa primeira instância as condições necessárias para a formação do capital industrial brasileiro foram delimitadas. Contudo, Antunes (1985) exemplifica tal transição como fator preponderante para o distanciamento entre o operário e os patrões constituintes das cadeias capitalistas, detentores dos meios produtivos e do aporte necessário para investimentos em novas máquinas e contratação de mão de obra conforme suas exigências. Ainda segundo o autor, o progresso tecnológico, bem como a mecanização da linha produtiva, ocasionaram no aumento do número de trabalhadores desempregados e do lucro capitalista, que gradativamente subordinava seus operários às péssimas condições de trabalho.

A história das sociedades humanas, desde que se constituíram e onde quer que envolvessem, é a história mesma da luta de classes; e desse pugnar incessante resultou, com o decorrer dos tempos, a eliminação de algumas dessas classes, podendo-se atualmente considerar que somente duas permaneceram, extremadas em campos adversos, inconciliáveis em seus interesses: tais são a classe da burguesia e a classe dos assalariados. (ANTUNES, 1985, p.49)

No Brasil, os sindicatos são organizações fundamentadas socialmente e que atuam em prol da reivindicação e mobilização da classe trabalhadora, tanto de forma representativa quanto participativa, assim é previsto na Constituição de 1988. A partir disso, é válido o destaque do longo caminho percorrido pelos sindicatos até a sociedade hodierna. Em seus escritos Max-NeeF (2012) aponta que o trabalho constitui muito mais do que um fator de produção, “ele fomenta a criatividade, mobiliza a energia social e preserva a identidade

comunitária para a satisfação de necessidades individuais e coletivas” (MAX-NEEF, 2012, p.76). Assim, posteriormente as mobilizações dos trabalhadores por melhores condições trabalhistas e salariais levariam a criação das entidades e associações sindicais na segunda metade do século XVIII. Para Cândido Filho (1982) o ápice da expansão sindical corresponde à década de 1930, visto que foi uma época marcada pela implementação e investimentos estatais para o desenvolvimento da maquinofatura.

Com a outorgação do Estado Novo em 1937, Getúlio Vargas revogou a Constituição de 1934, inaugurando um novo cenário para o movimento trabalhista e político no Brasil. Com objetivo econômico, Getúlio priorizou a industrialização do país, através do apoio de órgãos estatais, e a regulamentação dos operários urbanos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Criada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a CLT foi sancionada pelo presidente Getúlio Vargas, durante o período do Estado Novo. Em síntese, a consolidação das leis promoveu a unificação de toda a legislação trabalhista até então presente, inserindo de forma permanente os direitos trabalhistas na legislação brasileira. Com esta finalidade, uma das primeiras ações governamentais foi a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, juntamente com a implementação de um conjunto de leis trabalhistas, sobretudo a Lei de Sindicalização. Redigida por Lindolfo Collor, primeiro ministro do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio no governo Vargas, a Lei de Sindicalização (Decreto 19.770), de 1931, delimitou novas regras para a sindicalização.

Segundo Antunes (2003), tal decreto, não estabelecia somente um sindicato único por categoria, como também determinava a subordinação de sindicatos ao Ministério do Trabalho, órgão responsável pelo controle financeiro e vedava a fomentação de ações políticas e ideológicas no interior das entidades sindicais, além de proibir o direito de sindicalização aos funcionários públicos, dentre outras restrições que o Estado julgava como potencial ameaça.

Seu objetivo evidente era o combate a toda organização que permanecesse independente, bem como a todas as lideranças – socialistas, comunistas, anarquistas, etc. – definidas como capazes de articular movimentos de protesto contra a nova ordem institucional. (GOMES, 2005, p. 163)

Com a criação do Ministério, o Poder Executivo tomava diretamente para si a formulação e a execução de uma política trabalhista (D'ARAÚJO, 2003, p. 223). Para além disso, em seu Art 13º, a Lei de Sindicalização, proibia aos patrões ou empresas despedir, suspender e rebaixar de categoria, de salário ou de ordenado o operário ou empregado, pelo fato de associar-se ao sindicato de sua classe, ou por ter, no seio do mesmo sindicato,

manifestado idéias ou assumido atitudes em divergência com os seus patrões. Por conseguinte, através da Lei de sindicalização, associações e organizações sindicais foram reconhecidas legitimadas legalmente, mas por outro lado foram submetidas a restrições impostas pelo poder estatal. Para Gomes (2002, p. 23) “o princípio da unidade e definindo o sindicato como órgão consultivo e de colaboração com o poder público, o decreto trazia as associações operárias para a órbita do Estado”.

Segundo a autora, a finalidade do princípio era evidente, visto que controlava e combatia entidades independentes que pudessem gerar riscos à ordem institucional vigente, evitando greves, manifestações e revoltas populares (GOMES, 2005, p. 16). Dessa forma, o modelo sindical foi forjado de forma a proporcionar o controle social, criando uma nação pacífica e harmoniosa (D’Araújo, 2003, p.217), ou seja, formava-se um filosofia estatal que regia as políticas corporativistas, como a manutenção das hierarquizações sociais, sobretudo das desigualdades socioeconômicas.

Getúlio Vargas, ao assumir a bandeira do trabalhismo, que não era sua, fê-lo com o propósito de queimar etapas e diminuir o nosso atraso econômico, fazendo-nos passar de uma estrutura eminentemente rural e manufatureira à industrial e mecanizada. (SANTOS, 2009, p. 58).

Logo, os sindicatos somente poderiam ser reconhecidos pelo Ministério do Trabalho caso atendessem às inúmeras condições impostas pelo governo. No âmbito da política sindical e trabalhista, eram perceptíveis os interesses defendidos durante o Governo Provisório pelos chefes de Estado, como o objetivo de gerar progresso econômico através da atração de trabalhadores do campo para cidade, como subsídios da atividade industrial, tendo em vista a grande presença ainda de contingente populacional no campo. Em função disso, a legislação trabalhista criou determinados direitos somente para os trabalhadores urbanos, como forma de produzir um trabalho industrial mais atrativo (D’ARAÚJO, 2003, p. 220). Desse modo, o período correspondente à Nova República de Vargas, foi fundamentado nas políticas trabalhistas implementadas por objetivo findar o sindicalismo Anarquista, bem como a substituição dos pelo Governo, marcado pela transição econômica que o país vivenciava, e que tinha “autênticos” por “pelegos”.

No Brasil, ao final da década 50, período que antecede o início da ditadura militar, o movimento operário vivenciou um cenário de mobilizações intensas, movimentando milhares de pessoas no campo e na cidade, em prol da busca por melhores assistências sociais e participação ativa na política estatal. Para Vianna (1983, p.23) o direito do trabalho emerge

como uma conquista da classe trabalhadora contra o pacto original do liberalismo, impondo limites legais – e externos – ao homem apetitivo. Neste sentido, no Ceará, originou-se um processo de associação das lideranças sindicais, como consequência das políticas ditadas no Estado Novo, isto é, criava-se um organismo intersindical, denominado como Pacto de Unidade Sindical (PUS), com a finalidade de concentrar, e principalmente de orientar o movimento sindical dentro das fronteiras em todo o estado.

As classes surgem porque homens e mulheres, em relações produtivas determinadas, identificam seus interesses antagônicos e passam a lutar, a pensar e a valorar em termos de classe: assim o processo de formação de classe é um processo de autoconfeção, embora sob condições dadas. (THOMPSON, 1981, p.121)

Segundo Thompson, o conceito de classe deve ser analisado por meio da luta de classes e do sistema de relações sociais, materiais e produtivas que constituem homens e mulheres em determinado contexto histórico, movido pelos conflitos de interesses e de valores tradicionais e alternativos.

É nesse evento que os representantes dos mais diversos sindicatos profissionais decidiram pela criação do Pacto da Unidade Sindical, uma aliança com o objetivo de unificar as mais diversas categorias profissionais do Estado e seus respectivos sindicatos para exigir o cumprimento da legislação trabalhista e de melhores condições para os trabalhadores. (CACAU, 2009, p.28).

Assim, durante a realização do 1º Congresso dos Trabalhadores do Estado do Ceará (CTEC), em 1957, o PUS foi instituído, com o objetivo de propor um modelo sindicalista autônomo fundamentado nas reivindicações e políticas trabalhistas, para fazer cumprir as deliberações aprovadas no CTEC, criando um plano de lutas para a categoria (CACAU, 2009). Para Engels (1884) cada progresso na produção é, ao mesmo tempo, um retrocesso na condição da classe oprimida, isto é, embora o Pacto buscasse o rompimento da estrutura sindical ditada pelo Estado, havia ainda um longo caminho a ser percorrido para que o PUS fosse não somente legitimado socialmente, como também institucionalmente, no árduo caminho para conquistar e garantir autonomia e liberdade de atuação sindical.

Ademais, a legislação trabalhista exerceu papel fundamental para subsidiar a luta operária nos anos de 1950. Ao longo desse contexto, torna-se perceptível o aumento no contingente de mobilizações sindicais através do processo de formação da consciência popular, promovendo congressos, assembleias e encontros que postassem os direitos de trabalhadores e trabalhadoras. Para John French (2001) em sua pesquisa acerca da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), as lideranças sindicais desempenharam importante

papel como mediadores no processo de elaboração das reclamações à Justiça do Trabalho. O autor também ressalta que “as leis trabalhistas tornaram-se ‘reais’ nos locais de trabalho à medida que os trabalhadores lutaram para transformar a lei de um ideal imaginário em uma realidade futura” (JOHN FRENCH 2001, p.63), tendo em vista as divergências previstas nas leis, quase que totalmente distorcidas em sua prática na sociedade. Dentre os pontos reivindicados pelo Pacto, estavam presentes os seguintes pontos: garantia do direito ao exercício de greve; participação e colaboração nas ações governamentais direcionadas aos trabalhadores, bem como políticas trabalhistas voltadas para os trabalhadores do campo, e por melhores condições de trabalho e moradia. Tais reivindicações, apresentavam o objetivo à defesa da autonomia sindical e formar uma frente ampla estratégica junto aos órgãos estatais, que pudessem fomentar a luta operária.

Silvia Manfredi (1986) destaca que, conforme a CLT, os trabalhadores devem se organizar, de forma hierarquizada, em nível vertical e por ramos de atividades. Em função disso, os sindicatos deveriam obedecer a seguinte ordem de hierarquização: Sindicatos, em nível municipal; Federações, no plano estadual; e, Confederações, em nível federal para conseguirem legitimação do processo de organização intersindical. A ação de vedar e regular as formas com os trabalhadores associavam derivada de uma lógica governamental na qual regulava e atribuía funções aos sindicatos, de modo a promover a viabilidade financeira e os sustento da estrutura sindical. Desse modo, os sindicatos oficiais não se preocupavam com a arrecadação de recursos financeiros juntamente a classe operária, fato que foi responsável pelo afastamento entre líderes sindicais e seus respectivos locais de representação trabalhista.

Relativamente ao sistema de controle e vigilância, formou-se uma rede de delatores, que contou, frequentemente, com a participação de diretores dos sindicatos que haviam sofrido intervenção do Ministério do Trabalho. Policiais federais foram incorporados à segurança privada empresarial e há notícias de infiltração de policiais na produção, disfarçados de operários. Agentes patronais eram infiltrados nas comissões de fábrica e até nos ônibus das empresas. (MATTOS, 2009, p. 64)

Em decorrência dessas políticas, o governo criou em 1940, o imposto sindical, que definia um tipo de contribuição obrigatória para cada dia de trabalho de cada trabalhador sindicalizado ou não. A partir disso, os valores arrecadados, através dessa contribuição eram repartidos percentualmente conforme os critérios previstos em lei provenientes a cada esfera da estrutura sindical. Segundo Carone (1970), Vargas, ao instituir o imposto sindical, dispõe sobre o pagamento e arrecadação de contribuições devidas aos sindicatos pelos que participam das categorias econômicas e profissionais representadas pelas referidas entidades, uma vez que o imposto tornou nítido as reais intenções do governo para impedir para coibir a

formação de organizações autônomas de trabalhadores. Como consequência, a estrutura sindical tornou-se ainda mais dependente financeiramente do Estado, fato que gerou o surgimento de grandes organizações sindicais fomentadas através do dinheiro público, e abriu precedentes para ascensão econômica e social de “falsos” líderes sindicais, isto é, lideranças que não cumpriam o seu papel social juntamente aos trabalhadores, visto o distanciamento entre lideranças e as necessidades das bases operárias.

Portanto, Vargas, através da aproximação das instituições sindicais ao aparelho estatal, e de seus valores políticos e ideológicos, manteve-as estrategicamente como ferramentas legitimadoras do seu governo, apesar disso, lideranças sindicais comprometidas efetivamente com os ideais trabalhistas conquistaram grandes conquistas para as categorias operárias. Tais ideais, encontram no PUS, um espaço de discurso e de luta por autonomia e liberdade sindical, apesar disso, as tentativas da plena efetivação do Pacto de Unidade Sindical findaram-se em 1964, com o golpe civil-militar, período marcado pela forte perseguição a dirigentes sindicais e proibição de greves.

2.1.2 Tipos de Sindicatos e Correntes Sindicalistas

Em suma, a política sindical desenvolvida por Getúlio Vargas, no período do Estado Novo, apresentava objetivos delimitados, tais como: combate ao comunismo, além de outras ideologias contrárias às estatais que surgiam no movimento operário, e transformação dos sindicatos em instituições despolitizadas, dentre outras condições que foram essenciais não somente para a sua vigência governamental, como também para o estabelecimento de inúmeras organizações sindicais, sendo elas pró ou contrárias ao governo. Diante desse cenário, o sindicalismo amarelo”, encontrou um ambiente favorável para o seu surgimento e desenvolvimento.

Os sindicalistas amarelos eram entidades sindicais corporativistas, socialistas reformistas, positivistas, republicanas e sociais. Almejavam a mudança social por meio de ações legais e propunham acordos pacifistas para mediar confrontos e propor melhorias trabalhistas. (ARAÚJO, 1998)

Em síntese, o “termo sindicalismo amarelo” era utilizado como expressão que designava os dirigentes sindicais adeptos aos ideais governamentais, os quais exerciam um sindicalismo assistencialista, pois eram responsáveis por apaziguar a relação entre sindicatos e o governo naquela época, e, para além disso, evitavam as manifestações puxadas pelos sindicatos, visto que também empenham uma função primordial na comunicação com a classe trabalhadora. Segundo Antunes (1982), o Estado Novo utilizava-se dessa corrente como

estratégia autoritária para centralizar e ajustar o movimento sindical aos valores e princípios governamentais. Ainda de acordo com o autor, os objetivos eram provocar a desmobilização e fragmentação dos ideários operários condizentes com as ideias anarco-sindicalistas, comunistas e socialistas. A partir disso, os sindicatos pelegos mantinham instituições denominadas popularmente como entidades “de fachada” ou “carimbo”, fato que ficou conhecido como sindicalismo amarelo.

Dessa forma, criou-se uma burocracia sindical dócil, vinculada e escolhida a dedo pelo Estado, cujo objetivo não era outro senão o de controlar as reivindicações operárias. Assim, o caminho estava aberto para o controle dos sindicatos pelos “pelegos.” (SEGATTO, 1987, p. 44)

Para Araújo (1998), Getúlio utilizou-se das organizações e correntes sindicais, como aparelhos estatais de cunho ideológico para legitimação do seu autoritarismo estatal. Os sindicatos amarelos, ao mesmo tempo que executava atividades, também amenizam os impasses entre capital e trabalho designa uma ação conciliatória de representantes sindicais (D’ARAÚJO, 2003, p.13). Em contrapartida, também neste período, algumas correntes operárias foram marcantes para o firmamento do movimento sindical. Apesar disso, o movimento sindical seguiu à procura da formação de um modelo de sindicalismo autônomo, horizontal e combativo. As três principais foram os anarquistas, comunistas e trabalhistas. Antunes (2003), descreve a atuação dos sindicatos anarco-sindicalista como:

Atuação fundamentada nas lutas cotidianas da classe operária. Mas além disso, os sindicatos constituem-se também força organizadora da classe operária na luta pela supressão do sistema de trabalho assalariado. Deve ser considerado como centro de organização dos operários visando sua emancipação econômica, social e política. (ANTUNES, 2003, p.12)

Os sindicatos anarquistas, também denominados como anarco-sindicalistas, destacaram-se por serem entidades de formação livre, caracterizadas pela suas ações em oposição a qualquer tipo de organização burocrática e autoritarismo, isto é, faziam oposição às políticas de Estado. Nessa perspectiva, os anarquistas não aceitam qualquer interferências externas que possam vir a coibir a luta dos trabalhadores por melhores condições de vida, trabalho e moradia. Já, Araújo (1998), ao destacar acerca do poder de mobilização do movimento anarco sindical complementa que:

Os trabalhadores devem se mobilizar insistentemente e permanentemente para obrigar os patrões a aceitarem as suas reivindicações, para fiscalizarem os acordos que eram assinados e não eram cumpridos e, também, necessitavam de grande

quantidade de trabalhadores sindicalizados para obrigarem os patrões a recorrerem aos sindicatos para contratarem novos labutadores. (ARAÚJO, 1998)

Em vista disso, eram defensores ferrenhos da finalização das relações com a sociedade capitalista, pois defendiam o estado de greve como forma de mobilização massiva da sociedade civil, com o objetivo de implementar uma sociedade dotada de indivíduos livres, sem a presença do corporativismo e burocracia estatal.

Já, a corrente sindical comunista, fundada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), pregava uma forma própria de organização, sendo em células, formadas a partir dos locais de trabalho, defendendo o fim da figura do estado como regulador de suas ações, além da transição do regime capitalista para comunismo, período este que ficou definido com “ditadura revolucionária do proletariado”. Tal corrente tinha a concepção de que os líderes estatais apenas elaboravam as leis trabalhistas visando a manutenção de seus privilégios. Sobre o sindicalismo comunista, Antunes (1982, p.30 - 31) argumenta que, “trata-se de uma escola de tipo completamente desconhecido no capitalismo, pois nos sindicatos não há mestres e alunos, mas sim uma escola que forma os setores mais avançados do proletariado”. Com a ideia de “vanguarda revolucionária”, e o poder controlado pelas mãos de trabalhadores e trabalhadoras, organizavam os sindicatos como instituições educacionais que poderiam desenvolver a consciência de classe da massa operária.

Por fim, a definição a trabalhista, divergente das anteriores, defendia um modelo economicista e populista, sem a presença de profundas transformações da sociedade. Logo, aderiram ao modelo corporativista e assistencial instituído por Vargas, determinando o sindicato como um “braço estatal”, isto é, uma extensão das ações estatais, aceitando o seu caráter regulatório. Para Bernardo (1982, p. 85), a legislação trabalhista criada procurava, assim, situar o operário muito mais como consumidor do que como produtor, que objetivava a mudança da participação operária como classe. Apesar de sua política populista e ditatorial, em outubro de 1945, Getúlio renunciou ao poder após forte pressão política e militar, fato que levou ao fim da “Era Vargas”. Freixinho (1997) descreve o período em que Getúlio permaneceu no poder como:

Representou uma aliança da burocracia civil e militar e da classe industrial, cujos objetivos comuns imediatos eram o de promover a industrialização do País sem grandes abalos sociais, gerando, inclusive, condições para promover amplas e profundas reformas no campo social e nas áreas do ensino e da educação. (Freixinho, 1997, p.349)

No entanto, em 1950, Vargas ainda conseguiria retornar ao poder, através das eleições diretas para presidente, com 41% dos votos válidos, pregando um intenso discurso nacionalista, com a finalidade de ampliar cada vez mais o processo de industrialização, com forte controle Estatal sob a economia. Embora, com a implementação e criação de políticas econômicas, Vargas, não obteve os resultados esperados, que pudessem amenizar as reivindicações cobradas pela classe trabalhadora, a qual era assolada pelos problemas socioeconômicos. Assim, os trabalhadores retomaram com os movimentos grevistas, como meio de pressão ao governo, período marcado por um processo de grandes manifestações por melhores condições de vida. Após um período conturbado politicamente, Getúlio, em agosto de 1954, comete suicídio. Eleito após o fim da Era Vargas, em 1955, Juscelino Kubitschek, deu continuidade a política de controle dos sindicatos através da por meio das estruturas criadas por Vargas, fato que prolongou o desencadeamento de manifestações, e presença da inflação com índices exorbitantes.

Já, em 1960, Jânio Quadros assumiu a presidência, com João Goulart como vice-presidente. Diante dessa movimentação política, na noite de 31 de março de 1964, um golpe civil-militar derrubou o governo Goulart, instaurando o começo de um período de 20 anos de Ditadura Militar (1964 -1985), marcado pela forte repressão, tortura e assassinato das lideranças dos grupos opositores ao regime. Este último, fundamentado na política da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), um instrumento criado com o objetivo de manter um funcionamento “harmônico” da sociedade.

A lei de segurança é por natureza, também antidemocrática. Não há quem possa retirar de uma lei de segurança o caráter antidemocrático, e por uma razão muito simples: o governo democrático é aquele que permite que o povo se possa pacificamente incorporar ao estabelecido. (LIMA apud REZNIK, 2004, pg. 33)

A partir da implementação de um governo ditatorial, o regime militar avançou na criação de meios que pudessem legitimar e defender a sua permanência no poder. Assim, cúpulas sindicais foram atacadas, sofrendo intervenções e torturas em suas organizações, e precarizando as estruturas construídas anteriormente ao período do regime, com o objetivo de desarticular movimentos operários contrários ao governo. Além disso, foi exercida uma forte repressão sob os meios de comunicação naquela época, através da censura e proibição da reprodução de músicas e discussão de temáticas que o regime julgava contrárias à política governamental pregada. Ao final da década de 70, as manifestações ganharam força tanto nas fábricas, quanto nas vias urbanas, motivadas principalmente pelo surgimento do movimento que foi denominado como “novo sindicalismo”, fruto do momento propício para o

enfrentamento político. Moisés (1982) descreve a importância da classe trabalhadora para essa nova configuração sindical, onde “trabalhadores e trabalhadoras são a espinha dorsal do movimento democrático brasileiro, porque sem eles qualquer ‘abertura’ ou ‘liberalização’ apenas reconstruiria o círculo vicioso da crise do regime autoritário”. Em função disso, as mobilizações e greves trabalhistas tornaram-se mais frequentes, e passaram a mobilizar diversas categorias que reivindicavam direitos coletivos, fomentando o “novo sindicalismo” defensivo e resistente.

2.1.3 Novo Sindicalismo e formação da CUT

Fundada 28 de agosto de 1983, durante o 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat) em pleno o regime militar, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) era responsável por concentrar as correntes sindicalistas daquele período, constituindo uma frente ampla contra o governo vigente, com o objetivo de estabelecer uma organização sociopolítica que lutasse por melhores condições de vida para a classe trabalhadora. Além disso, a criação da Central não somente contrapôs a legislação daquela época que vedava a existência de centrais sindicais, como também exerceu um importante papel no movimento por eleições diretas para a presidência da república, fato que culminou na convocação da Assembleia Nacional Constituinte, e posteriormente a elaboração da Constituição de 1988.

Para fundar a central reuniram-se os dirigentes sindicais que afirmaram “autênticos” e o grupo das oposições sindicais. Entre esses dois pólos existiam diferenças principalmente quanto ao grau de compromisso ou rejeição à estrutura sindical oficial. Porém, prevaleceu as afinidades ainda mais porque a CUT não unificou, em seu surgimento, o conjunto do movimento. (MATTOS, 2009 p.123)

A fundação da CUT, representou um marco para o movimento sindical brasileiro. Nesse contexto, a Central foi fundamentada em diversas bandeiras sociais e trabalhistas, dentre elas, destacaram-se: a liberdade e autonomia sindical; organização sindical nos locais de trabalho; fim do imposto sindical; sistema democrático de relações de trabalho e legitimação das centrais sindicais. No entanto, o movimento sindical encontrava-se enfraquecido, tendo em vista o período de repressão e perseguição vivenciado no regime militar. Em função disso, apenas ao final da década 80, iria surgir um movimento rejuvenescido, estruturado e organizado, que ficou conhecido como “novo sindicalismo”, responsável por executar inúmeras greves trabalhistas em prol da retoma e proteção de seus direitos.

A CUT representou um avanço significativo na luta da classe trabalhadora brasileira. Paralelamente ao avanço, conviviam divergências sobre a forma de organização a ser construída. Configuram-se duas fortes vertentes no sindicalismo, de um lado o chamado “sindicalismo autêntico” que reunia os dirigentes vinculados ao PT, ala progressista da igreja católica, e trotskistas, que mais tarde fundariam a CUT. (EDUARDO ALVES, 2005)

Com a reformulação do movimento, o Novo Sindicalismo progrediu e exerceu uma função muito importante que permitiu à classe trabalhadora desenvolver um papel direto na luta pela redemocratização do Brasil. Dentre as suas principais características, destacam-se um modelo combativo de mobilização em massa; oposição a estruturas burocráticas e corporativista governamental; defensor da associação livres e autônomas. Para além disso, criava-se a figura de um sindicato independente do Estado, que buscasse prioritariamente a representação de suas categorias. Nesse cenário, a Central Única dos Trabalhadores implementou a ideia de sindicalismo defensivo, que tinha na greve a sua principal ferramenta de luta. O autor Pinsky (2010, p. 487) explica que:

Esse “novo sindicalismo”, termo pelo qual ficou conhecido, propunha-se a conquistar melhores salários e condições de trabalho, lutar pela organização e mobilização dos trabalhadores, conquistar o direito de greve, estabilidade, estabelecer o diálogo direto entre patrões e empregados, sem ingerência do Estado. Foi no decorrer dessas lutas que ocorreu a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980, e o ressurgimento das centrais sindicais.

De acordo com Antunes (1995), o novo sindicalismo se configurou pela retomada das ações grevistas, a explosão do sindicalismo dos assalariados médios e do setor de serviços, o avanço do sindicalismo rural e a criação das centrais sindicais. Nesse momento de agitação popular e explosão do sindicalismo surge uma nova estrutura sindical que nega o imposto sindical, com a participação de suas bases pelo fim do regime militar, de sua política socioeconômica, na qual promovia a exploração e precarização da classe trabalhadora. Por conseguinte, tais proposições reafirmam as transformações e o progresso que o sindicalismo sofreu ao longo da história, constituindo-se como resultado da evolução das ideias e das estruturas sociais e políticas.

2.2 Trajetória da imprensa sindical

Os primeiros vestígios da imprensa no movimento sindical, entre 1880 e 1920, estão ligados à presença de uma imprensa operária anarquista, que exercia uma função de comunicação alternativa. O sentido da comunicação sindical é disputar a hegemonia. Disputar uma nova visão de mundo contrária àquela do sistema dominante (GIANNOTTI, 2014, p.

147). Na imprensa proletária, destacam-se a presença de elementos (textos, imagens, ilustrações) utilizados para tornar visível as condições de vida e de trabalho dos operários e de suas famílias, para convocar as massas operárias a saírem às ruas para lutar por melhores condições de vida e moradia. As imagens procuravam retratar a condição de vida operária, bem como a opressão no trabalho, possuindo um caráter popular, pois eram produzidos e consumidos pelos próprios trabalhadores (AZEVEDO, 2002, p. 170), ou seja, as ilustrações apresentavam a finalidade de transmitir os princípios libertários, bem como a representação da condição de trabalhadores e trabalhadoras reféns do sistema. Para Gawryszewsk (2009, p. 42):

A imprensa operária, sobretudo a que em sua linha editorial seguia uma ideologia anarquista, por meio de suas publicações atacou o patrão, o conceito de Pátria, a guerra, a religião a concentração de renda e defendeu o amor livre, a paz, a distribuição da renda, o pensamento libertário e individual.

No entanto, com a vigência do governo Vargas, a atividade de imprensa, fundamentada nos ideais anarquistas, foi vedada, tendo em vista a política de controle sindical exercida por Getúlio na década de 40, fato que desestruturou as bases da comunicação sindical. A partir disso, criou-se uma imprensa com valores divergentes das classes operárias e condizentes com a burguesia capitalista. Já em 1964, a imprensa operária encontraria um dos seus mais profundos retrocessos, visto o silenciamento e censura dos veículos de comunicação durante o regime militar. Em grande parte os jornais, rádios e televisões naquele período ficavam somente à disposição das ideias militares, denominada como “grande imprensa”, foi uma ferramenta responsável pelo encobrimento dos problemas sociais e torturas daqueles que eram considerados opositores e ameaças ao regime militar.

A prisão e tortura de jornalistas, as pressões (ou incentivos) sobre os proprietários dos jornais, juntamente com a censura direta, haviam reduzido quase toda a mídia, exceto uns poucos semanários de pequena circulação, à condição de líderes de torcida do governo ou, no mínimo, de simples caixas de ressonância das informações geradas no palácio presidencial (SKIDMORE, 1989, p. 355).

A redemocratização foi “lenta e gradual”, conforme cita Braga (1991), a que se pretendia, devido aos conflitos das forças opostas que ensaiavam seu poder. As instituições, já fortalecidas, e a classe média, insatisfeita com os rumos econômicos do regime, exigiam o retorno às liberdades democráticas. Assim, com um espaço privilegiado para conduzir os debates para transição democrática, a imprensa vai assim assumindo seu protagonismo em prol da redemocratização do país. Para Toledo:

Acreditavam que o caminho para a transformação da sociedade era a transformação das pessoas pela educação e pela propaganda. Nesse esforço em favor da educação, a imprensa era o principal meio de expressão das idéias, pois se tratava do único veículo de grande alcance. (TOLEDO, 2007, p.72)

Ao analisarmos o percurso evolutivo da comunicação ao longo dos períodos históricos em que encontravam-se inseridas, destacamos que as organizações sindicais apropriaram-se da linguagem e do aparelhamento tecnológico, a fim de mobilizar pessoas e veicular suas reivindicações de forma universal. Para Lênin (1979), a imprensa das classes subalternas, que objetiva a resistência às idéias dominantes, não dispondo dos mesmos recursos que a classe dominante, deve pressupor uma organização estruturada e políticas definidas, para alcançar os propósitos. Em função disso, a comunicação exerce uma função essencial na relação entre sindicato e suas bases, aproximando lideranças sindicais de seus representados, uma vez que a difusão de ideias e valores são fatores fundamentais no movimento sindical. O convencimento de milhões só será alcançado com uma comunicação que convença e arraste as massas atrás de um objetivo, de uma meta, seja de um programa de partido, ou das propostas de um movimento ou de um sindicato (GIANOTTI, 2014).

A partir disso, as instituições sindicais aparelharam-se dessa nova configuração da comunicação, investindo e adquirindo instrumentos para a implementação e ampliação das suas redes comunicativas, onde a comunicação tornou-se uma das principais ferramentas de organização coletiva, pois era preciso transmitir para suas categorias, posicionam.

Os vínculos se fazem quando o emissor e receptor interagem e se transformam mutuamente, porque não se encontram em uma relação hierárquica, nem operam num contexto de passividade e constatação da informação, mas de reação crítica que elabora respostas e alimentar a troca intersubjetiva. (OLIVEIRA, 2016, p.37)

Dessa forma, no sistema de interlocução entre entidades sindicais com suas categorias representativas, é de suma importância que a comunicação sindical adeque aos valores sociais, de modo adaptar-se conforme a realidade das suas bases. De acordo com Santiago (2016), é importante que os jornalistas pesquisem o histórico das lutas dos trabalhadores, e se apropriem de conhecimento de áreas essenciais como economia, direito e história tornando a comunicação sindical mais eficaz. Assim, a imprensa sindical é compreendida como uma das vertentes sindicais que se fez presente ao longo da evolução da comunicação das organizações sindicais e “chãos” de fábrica, sofrendo inúmeras e relevantes modificações, sobretudo no período do novo sindicalismo e do regime militar.

A construção de uma imprensa alternativa para o movimento sindical apresentava-se

como uma possibilidade de ampliação e diversificação de suas ações. Segundo Ferreira (1988), uma nova forma de produzir a imprensa sindical nasceu e se fortaleceu no meio operário brasileiro na década de 1970 quando se iniciou um processo de enfrentamento do sistema pelas vias legais, ou seja, este modelo de comunicação emergiu juntamente com o movimento operário, a partir da mobilização da classe operária do processo de redemocratização do país. Dentre os seus principais podemos destacar: a implementação de uma nova configuração político-editorial dos veículos da imprensa sindical; a profissionalização dos departamentos de comunicação dos sindicatos e especialização de seus trabalhadores e ampliação e diversificação da pauta dos veículos de comunicação sindicais.

Uma comunicação que a partir do trabalho sindical, diretamente vinculado às fábricas, aos locais de trabalho (utilizando mensagens, meios, linguagens e formas próprias da classe, portanto, contrapondo-se à que é elaborada e difundida pelos detentores dos meios de produção, através dos meios de comunicação de massa), enseja uma ação transformadora da realidade política, econômica, social e cultural. (VERDELHO, 1986, p. 81)

Para o autor, o desenvolvimento de uma comunicação que pautasse as reivindicações trabalhistas possibilitaria a transformação da realidade política, econômica, social e cultural que se encontram as classes não dominantes, fazendo oposição à exploração econômica e opressão política vivenciada pelos trabalhadores. A partir disso, uma nova concepção de comunicação era consolidada, através da sua utilização pelas entidades sindicais, sendo adaptada para uma perspectiva educadora, formadora e que problematiza sobre os problemas enfrentados não somente por trabalhadores, mas também pela população, propiciando a plena compreensão da realidade. Dessa forma, as práticas de comunicação desenvolvidas no espaço sindical através de assembleias, panfletagem, congressos e palestras, amplificam a participação, interação, problematização, e percepção de indivíduos inseridos ou não, no movimento sindical. Segundo Castro (1997, p. 173) com a modernização e dinamização do sindicalismo, as entidades passam a estimular a criação de novos mecanismos de comunicação. Em decorrência desses estímulos, desenvolveu-se um novo conceito de notícia visando a atender as necessidades de trabalhadores que constantemente pautavam nos veículos jornalísticos as suas greves e reivindicações.

2.3 A atividade jornalística dentro dos sindicatos

A jornalismo sindical juntamente com suas linguagens e objetivos são historicamente delimitados como uma forma especializada de fazer comunicação, com a finalidade informar

a totalidade dos fatos, conscientizar politicamente os trabalhadores e mobilizá-los em defesa de seus interesses imediatos e históricos. Para Giannotti (2000), a preocupação em transmitir conceitos e idéias políticas é tão grande que a preocupação com a linguagem acaba relegada ao segundo plano. A partir disso, a atividade jornalística presente nas entidades sindicais promoveu uma nova configuração da comunicação, priorizando um modelo especializado e qualitativo, que permitisse a construção de sentidos de indivíduos.

Através de tais transformações e da criação de uma forma de comunicar própria, a atividade jornalística sindical pode instituir uma ferramenta efetiva que pudesse transformar a realidade. De acordo com Ferreira (1979), as transformações econômicas e sociais, entre 1880 e 1920, permitiram o surgimento de uma classe operária brasileira e, conseqüentemente, de sua imprensa. Dentre os fatores que motivaram a originação de uma imprensa proletária, encontram-se o crescimento demográfico populacional, a urbanização intensificada com a crescente industrialização, sobretudo o aumento da precariedade social, política e econômica vivenciada pela população. Esses fatores intensificaram a luta por melhores condições salariais e laborais, de modo que um veículo informativo pudesse transmitir as mensagens para a classe operária, seja através do rádio, folhetins ou jornais impressos.

Um jornal operário ou sindical tem entre seus objetivos a tarefa de passar adiante as ideias, análises e opiniões do sindicato, buscando a mobilização da categoria que representa. Ao realizar periodicamente este movimento, o jornal almeja ser e estabelecer, conseqüentemente, “uma ligação da grande massa de trabalhadores entre si e entre ela e as direções”. (GIANNOTTI, 1988, p. 85)

A partir disso, os sindicatos cada vez mais aparelharam-se desses meios como forma de expor e denunciar a exploração fabril, bem como transmitir informações acerca de greves e manifestações através das páginas dos jornais operários, utilizado como forma de resistência, mobilização e politização. Segundo Ferreira (1978, p.15), em todos os acontecimentos relevantes que empolgaram os trabalhadores brasileiros, o jornal mostrou-se o principal veículo de comunicação. Neste cenário, a atividade jornalística sindical comporta-se como um contraponto à imprensa hegemônica com a construção de uma comunicação que pauta as demandas dos trabalhadores. Para isso, Santiago (2016) explica que é necessário que jornalistas pesquisem o histórico das lutas dos trabalhadores, e se apropriem de conhecimento de áreas essenciais como economia, direito e história tornando a comunicação sindical eficiente. Logo, é de suma importância apresentar um conhecimento qualitativo acerca do perfil das diversas categorias, a fim de que haja uma comunicação horizontal e funcional entre sindicato e trabalhadores.

Com base nas proposições discutidas, pode-se inferir que o jornalismo sindical, destaca-se por ser uma vertente do jornalismo contemporâneo com a finalidade de transmitir informação de interesse da categoria trabalhista, onde inicialmente exerceu o seu poder de caráter informativo e mobilizador através dos folhetins e boletins distribuídos nas fábricas. A primeira tarefa de um sindicalista é debater com sua base e elaborar junto a política a ser levada. É dialogar e fazer um trabalho de convencimento da necessidade de uma ação coletiva (GIANNOTTI, 1997). De acordo com o autor, os jornalistas que optam por trabalhar no ramo sindical, colocam os seus serviços à favor de uma classe ou categoria, onde seu trabalho representa uma defesa de interesses comuns e coletivos. Diante disso, a imprensa sindical atua perante um conjunto de desafios que permeiam desde a produção da informação e a distribuição, até a sua recepção pelas mais diversas categorias.

Ao discutir acerca da ideia de imprensa sindical Silvia Maria (1991), analisa que se trata de um viés da imprensa especializado no levantamento de problemáticas e enumeração de potenciais soluções à categoria da qual é veículo oficial. A autora também exemplifica que:

Com estrutura particular, a linguagem manifesta um discurso atravessado pelo viés institucional-formal e por diferenciações político-ideológicas significativas. Essas atravessam o discurso e interferem no processo de criação de uma identidade de natureza grupal (a categoria ocupacional, a classe trabalhadora) e de um sentimento de pertinência institucional, cuja representatividade se impõe como legal e legítima da classe, através da imagem do sindicato que é transmitida por sua imprensa. (ARAÚJO, 1991, p. 218)

Esse cenário mensurado por Sílvia Araújo demonstra um dos principais problemas enfrentados pela imprensa sindical na sociedade atual, no que refere-se a construção de um veículo informativo que seja utilizado como ferramenta legítima de representação dos interesses coletivos, abrangendo a sua diversidade e pluralidade. Para Miani (2005, p.21) a pluralidade é desenvolvida a partir da interação de diferentes sujeitos sociais que se relacionam permanentemente, seja harmoniosa ou conflituosamente, durante o seu processo de produção. Assim, a imprensa dessa forma comporta-se como mediadora do discurso, sendo responsável pela tradução e transmissão dos objetivos das organizações sindicais, definindo aquilo que deve ou não ser repassado aos trabalhadores.

Este deslocamento, marca a emergência da Sociedade da Informação, num momento histórico de fundamental importância, o da possibilidade de pluralidade da produção e consumo de subjetividades, a generalização dos múltiplos discursos, falas, vozes e linguagens. (LIMA, 2002, p. 116-117)

Para além disso, é necessário que as entidades sindicais promovam um debate público juntamente com a sociedade civil, esclarecendo o papel exercido pela imprensa, a fim de sanar possíveis dúvidas acerca das atividades desenvolvidas pela comunicação do sindicato, de modo a também fomentar a participação efetiva de seus representados e englobar as suas demandas e reivindicações. Em vista disso, surge a necessidade da construção de uma imprensa fundamentada nos princípios políticos e ideológicos defendidos e praticados pela direção sindical, como forma de legitimação dos discursos e valores propostos pelas organizações trabalhistas.

2.3.1 A Comunicação Sindical na Contemporaneidade

A imprensa sindical contemporânea demonstra uma transição progressiva para um novo tipo de configuração comunicacional, dentre as suas principais mudanças estão presentes a profissionalização das técnicas e profissionais de comunicação, com o objetivo de desenvolver materiais qualitativos, anteriormente precarizados em função do contexto de submissão dos sindicatos aos órgãos estatais e suas políticas de controle e repressão sindical. Dessa forma, a incrementação e aperfeiçoamento da comunicação, pode ser visto como grande progresso na organização para o fortalecimento da estrutura interna sindical.

Estreitamente ligada ao crescimento do sindicalismo, de sua modernização e dinamização, com a ampliação do quadro de sócios das entidades, expansão das atividades, a mobilização e as grandes greves, bem como à formação das centrais sindicais, que passam a estimular a criação de novos mecanismos de comunicação e a discussão de políticas para a área (CASTRO, 1997, p. 173)

Dessa forma, a comunicação desenvolve um sistema capaz de penetrar socialmente e modificar paradigmas sociais, através de um modelo informatizado e tecnificado de transmissão de informações. Segundo Kaplún (2002, p. 15), as novas tecnologias de informação são potenciais ferramentas de medição e democratização da informação, constituindo um processo educativo e transformador. Para além disso, a comunicação tornou-se parte fundamental para o pleno funcionamento das organizações sindicais, visto que sem a sua existência, a sociedade deixa de ter conhecimento sobre suas ações, isto é, o sindicato fica sem visibilidade. De acordo com Rossetti:

A inovação está presente também no impacto social das novas tecnologias de comunicação e informação, no novo receptor, agora produtor e interativo, nos processos cognitivos, nas linguagens, na estética e até mesmo em novas abordagens metodológicas e teóricas de comunicação. (ROSSETTI, 2013, p. 63)

Para o autor, houve um processo de transformação nos espaços trabalhistas, a partir da inovação dos métodos de comunicação que modificou costumes tornando a comunicação didática, isto é, de fácil compreensão. Conforme Marcuse (2002), a tecnologia serve para instituir formas novas, mais eficazes e mais agradáveis de controle social e coesão social. Como decorrência, o receptor deixa de exercer apenas a função de receptor, como também, na prática, a de emissor, uma vez que representa parte ativa. À vista disso, os investimentos em comunicação sindical de forma estratégica para a divulgação das ideias e valores sindicais, representa a abertura de espaço para voz coletiva de trabalhadoras que ao longo da história em diversos períodos foram silenciados pelo regime vigente.

A revolução tecnológica da informação se torna a principal ferramenta para a reestruturação socioeconômica, possibilitando a formação de redes com dinamismo e flexibilidade, onde o processo comunicacional é horizontal e não mais vertical (CASTELLS, 1999). Destarte, o autor demonstra que o jornalismo sindical busca a reflexão sobre a realidade social, de modo a abrir espaço para a voz coletiva do trabalhador no percurso de interlocução com as suas entidades sindicais representativas, através de uma comunicação fluida e dinâmica empregada como ferramenta de formação e organização dos trabalhadores.

Nesse sentido, Toledo (2007) acredita que o caminho para a transformação da sociedade ocorre através da transformação das pessoas pela educação e pela propaganda. Logo, a imprensa sindical ocuparia um lugar de destaque, visto que a imprensa é um meio de expressão das ideias e dotado de longo alcance. Ademais, para uma adequada efetivação da comunicação como forma de representação, é indispensável o investimento da formação política de profissionais incubados do exercício de tais atividades jornalísticas. Portanto, a comunicação sindical tornou-se historicamente um dos principais meios de reivindicação dos valores de cidadania, democracia e participação, necessitando que o discurso e as formas de comunicar-se sejam atualizadas periodicamente e orientada por profissionais formados politicamente, para que finalmente possa ser desenvolvida uma veículos que consiga atingir comunicar-se concretamente com as suas bases.

3 OBJETO DE ESTUDO: Central Única dos Trabalhadores (CUT)

Com 40 anos de fundação, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) se apresenta como uma organização sindical brasileira de massas, de caráter classista, autônomo e democrático, cujo compromisso é a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora. Para além disso, afirma ser uma entidade fundamentada nos princípios da igualdade e solidariedade, com os objetivos de organizar, representar sindicalmente, bem como orientar a luta dos trabalhadores e trabalhadoras sejam da cidade e, ou campo, do setor público e privado, ativos e inativos, na busca por melhores condições de vida e de trabalho e por uma sociedade justa e democrática. Em função disso, de acordo com os dados informados em seu site oficial (Portal CUT-CE, 2023. Disponível em: <www.cut.org.br>. Acesso em: 03 nov. 2023), a Central está presente em todos os ramos de atividade econômica do país, consolidando-se como a maior central sindical brasileira, da América Latina e a 5ª maior do mundo, com aproximadamente 3.806 entidades filiadas, 7.847.077 trabalhadoras e trabalhadores associados e 24 milhões de trabalhadoras e trabalhadores em sua base.

3.1 Estrutura

De acordo com o Art.13 presente em seu estatuto (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Estatuto da Central Única dos Trabalhadores, Portal CUT, 2011), a CUT organiza-se em dois níveis estruturais: organização vertical e horizontal. Em sua organização vertical, a Central conta com a presença de organizações sindicais de base e entidades sindicalistas por ramo de atividade econômica: sindicatos, federações e confederações. A Central também conta com organismos para o desenvolvimento de políticas específicas e assessoria: Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), Instituto Observatório Social (IOS), Instituto Nacional de Saúde no Trabalho (INST), além de sete Escolas Sindicais e uma Escola de Turismo e Hotelaria. Além disso, segundo o Art.14, de seu estatuto, a organização vertical da CUT parte dos locais de trabalho, por ramo de atividade econômica, buscando aglutinar as atividades afins em suas formas organizativas, a saber:

I - Organizações sindicais de base;

II - Sindicatos por ramo de atividade econômica;

III - Confederações e Federações Nacionais por ramo de atividade econômica.

§ 1º As organizações sindicais de base e as entidades sindicais filiadas constituem o quadro associativo da Central.

§ 2º As Confederações e as Federações Nacionais por ramo de atividade constituem instâncias organizativas da estrutura da CUT;

§ 3º As estruturas verticais têm o poder de representação e negociação do ramo de atividade econômica. (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Estatuto da Central Única dos Trabalhadores, Portal CUT, 2011,p. 06)

Já, em sua organização horizontal, orientada pelo Art.15, de seu estatuto, além da estrutura nacional, a CUT está organizada em todos os 26 estados brasileiros e no Distrito Federal, através das CUTs estaduais, com o objetivo de construir a unidade dos trabalhadores e das trabalhadoras, promovendo sua organização intercategorias profissionais enquanto classe em nível regional, estadual e nacional. No capítulo II de seu estatuto, o Art.4, delimita que para cumprir seus objetivos, a Central Única dos Trabalhadores se rege pelos seguintes princípios:

- a) Defende que os/as trabalhadores/as se organizem com total independência frente ao Estado e autonomia em relação aos partidos políticos, e que devam decidir livremente suas formas de organização, filiação e sustentação material.
- b) De acordo com sua condição de central sindical unitária e classista, garantirá o exercício da mais ampla democracia em todos os seus organismos e instâncias, assegurando completa liberdade de expressão às suas entidades filiadas, desde que não firam as decisões majoritárias e soberanas tomadas pelas instâncias superiores e seja garantida a plena unidade de ação;
- c) Desenvolve sua atuação e organização de forma independente do Estado, do governo e do patronato, e de forma autônoma em relação aos partidos e agrupamentos políticos, aos credos e às instituições religiosas e a quaisquer organismos de caráter programático ou institucional;
- d) Considera que a classe trabalhadora tem na unidade um dos pilares básicos que sustentarão suas lutas e suas conquistas. Defende que esta unidade seja fruto da vontade e da consciência política dos/as trabalhadores/as e combata qualquer forma de unicidade imposta por parte do Estado, do governo ou de agrupamento de caráter programático ou institucional. (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Estatuto da Central Única dos Trabalhadores, Portal CUT, 2011, p. 02 - 03)

Ainda no Art.4 presente em seu estatuto, a Central delimita os seus compromissos fundamentais:

- a) Lutar pela igualdade de oportunidade e de tratamento entre homens e mulheres, sem preconceito de cor/raça/etnia, idade, orientação sexual e deficiência, nos diversos espaços do mundo do trabalho e na sociedade em geral;

- b) Desenvolver, organizar e apoiar todas as ações que visem a conquista de melhores condições de vida e trabalho para o conjunto da classe trabalhadora;
- c) Lutar para a superação da estrutura sindical corporativa vigente, desenvolvendo todos os esforços para a implantação da sua organização sindical baseada na liberdade e autonomia sindical;
- d) Lutar pelo estabelecimento do Contrato Coletivo de Trabalho, nos níveis gerais da classe trabalhadora e específicos, por ramo de atividade econômica, por setores etc; (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Estatuto da Central Única dos Trabalhadores, Portal CUT, 2011,p. 03)

3.2 Dimensão e atuação da CUT CE

A Central Única dos Trabalhadores do Ceará (CUT-CE), uma central sindical que representa e atua em 16 diferentes ramos profissionais: Administração Pública, Comércio e Serviço, Comunicação, Educação, Financeiro, Metalúrgico, Petroleiro, Processamento de dados, Rural, Serviço Público Municipal, Seguridade Social e Saúde, Transporte, Urbanitário e Vestuário. Com sede localizada em Fortaleza (CE), a Central conta com aproximadamente 300 entidades filiadas, desenvolvendo ações em todo o estado do Ceará. Além disso, a Central também fomenta ações voltadas para as mulheres trabalhadoras, juventude, formação sindical, saúde do trabalhador, políticas sociais, relações do trabalho, comunicação, administração e finanças, política sindical, meio ambiente e igualdade racial, através de suas 16 secretarias executivas.

Eleita para o quadriênio (2023 - 2027) durante o 15º Congresso Estadual da Central Única dos Trabalhadores no Ceará (CECUT), que marcou os 40 anos de fundação da Central, a nova direção executiva da CUT Ceará, é constituída por Francisco Wil e Silva Pereira (Presidente); José Cândido da Silva Filho (Vice-Presidente); Ana Lúcia de Miranda (Secretária-Geral); Emanuel Alves Lima (Secretário de Administração e Finanças); Maria Silvana Pires de Moraes (Secretária de Comunicação); Nadja Carneiro de Souza (Secretária de Formação Sindical); Roberto Luque de Sousa (Secretário de Organização e Política Sindical); Ana Cláudia Silva de Souza (Secretária da Mulher Trabalhadora); José Áureo de Oliveira Junior (Secretária de Relações do Trabalho); Celiane David Brito (Secretária de Políticas Sociais e Direitos Humanos); Alan Robson Ricardo Alves (Secretário da Juventude); Maria Edivânia da Silva Costa (Secretária de Combate ao Racismo); Carmem Sílvia Ferreira Santiago (Secretária de Saúde do Trabalhador); Claudemir Brito da Silva (Secretário de Meio Ambiente); Francisco Tarcisio Sales (Secretário de Assuntos Jurídicos); Gardênia Pereira Baima (Secretária de Cultura); Hernesto Luz Cavalcante (Secretário de Mobilização e

Relações com Movimentos Sociais), e por fim, Maria de Fátima Uchôa (Secretária Executiva).

O quadro de associados à CUT é constituído por organizações sindicais e associações de trabalhadores de carácter classista profissionais por ramo de atividade ou setor económico. Desse modo, a filiação ao quadro associativo da CUT se dá por intermédio de decisão voluntária dos/as trabalhadores/as, emanada por suas organizações sindicais, através de suas instâncias máximas de deliberação (assembleias, plenárias, ou congressos, conforme seu estatuto), em reunião ordinária ou extraordinária, da qual necessariamente deve participar um membro da Diretoria Executiva da CUT ou alguém por ela designado, e implica reconhecimento automático e aceitação imediata dos princípios, objetivos e normas estabelecidas por este Estatuto. Dessa forma, a organização sindical, após aprovada sua filiação à CUT, preencherá uma ficha de filiação e a enviará junto com seu estatuto social e ata para a Secretaria Geral da CUT Brasil, e pelo ato de filiação, realizado em conformidade com o Estatuto, as entidades sindicais integram-se à estrutura da CUT.

A presente pesquisa tem por objetivo analisar e mensurar a comunicação desenvolvida pela CUT Ceará, a fim de verificar a forma e o modo com que essa comunicação está sendo efetiva ou não. Segundo o presidente da CUT Ceará, Wil Pereira, “os 40 anos da CUT representam um momento histórico, e de aprofundamento do debate sobre a atual conjuntura, definição de estratégias, para a elaboração de um plano de lutas que contraponha os desafios que estão colocados para a classe trabalhadora” (PEREIRA, Francisco Wil e Silva: depoimento [nov. 2023]. Entrevistadores: R. Matos: Fortaleza. Entrevista concedida ao Trabalho de Conclusão de Curso da UFC/CE). O presidente destaca ainda o compromisso da entidade na luta intransigente em defesa dos interesses e direitos que trabalhadores e trabalhadoras reivindicam historicamente. Ainda de acordo com o dirigente, “o protagonismo não é somente da CUT, mas também de todos os movimentos sociais e populares que lutam ao lado da Central, que desempenhou um papel de representação da classe trabalhadora em todo o Estado” (PEREIRA, Francisco Wil e Silva: depoimento [nov. 2023]. Entrevistadores: R. Matos: Fortaleza. Entrevista concedida ao Trabalho de Conclusão de Curso da UFC/CE). O gestor finaliza apontando o desempenho efetivo da Central, no processo de organização e mobilização da classe trabalhadora. Por conseguinte, a nova diretoria executiva da Central, que coordenará a Central pelos próximos quatro anos, delimitou a atuação da CUT, fundamentando-se nos seguintes eixos: fortalecimento da organização sindical; a defesa da democracia e a promoção do desenvolvimento sustentável.

3.3 Perfil do Público da CUT CE Classe Trabalhadora

A fundação da Central Única dos Trabalhadores no Ceará, como organização sindical, representa mais do que um instrumento de luta e de representação real da classe trabalhadora, ela consiste num desafio diário em delimitar um caráter permanente e consciente que possibilite a presença de forma organizada de trabalhadores e trabalhadoras na implementação da política estadual e nacional. Em função disso, torna-se fundamental a construção de uma comunicação que seja formulada a partir dos interesses do seu público-alvo, isto é, que oriente-se através dos interesses e reivindicações coletivas de seus representados. Para Silva (2008, p. 30) “a comunicação é o processo de troca de informações e o respectivo entendimento do significado pelos envolvidos”, ou seja, a comunicação estabelece um processo de troca de informações entre um emissor e um receptor, na qual a linguagem deve ser de fácil compreensão para ambas as partes. Apesar disso, “informações e conhecimentos não bastam. É preciso também levar em consideração os enquadramentos culturais e ideológicos” (WOLTON, 2011).

Em função disso, a abordagem comunicacional deve ser responsável por meramente informar determinados acontecimentos, como também deve construir um sistema de formação do seu público através de posicionamentos, esclarecimentos e orientações. Segundo a secretária de comunicação da CUT Ceará, Silvânia Pires, é necessário que a comunicação seja compreendida como uma ferramenta estratégica para o movimento sindical, de forma a contrapor a ideia que a comunicação gera custos desnecessários e não provoca resultados efetivos” (MORAIS, Maria Silvania Pires: depoimento [nov. 2023]. Entrevistadores: R. Matos: Fortaleza-CE. Entrevista concedida ao Trabalho de Conclusão de Curso da UFC/CE). A dirigente reafirma a necessidade de uma comunicação bem estruturada para que haja uma mobilização trabalhista efetiva. Para Silvânia, as lutas da classe trabalhadora tornam-se viáveis, a partir da própria vontade e da consciência política dos trabalhadores.

No entanto, o sindicalismo brasileiro atravessa um momento de reformulação, influenciado pelas mudanças provocadas pela implantação da Reforma Trabalhista, sancionada em 2017, pelo ex-presidente do Brasil, Michel Temer, que provocou a flexibilização da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), fato que impactou negativamente o movimento sindical em dois eixos estruturais: a prevalência dos acordos individuais sob a legislação trabalhista e o fim da contribuição sindical obrigatória.

Tal contribuição pelos trabalhadores se consubstancia em uma contraprestação aos serviços oferecidos no processo negocial, bem como de servir como verdadeira

fonte financiadora dos projetos assistenciais das entidades sindicais. (QUEIROZ, 2017, p.51)

Como consequência, a estrutura econômica sindical foi fragilizada, ocasionando uma reformulação do espaço de trabalho, bem como a redução do fluxo de produções informativas como jornais, revistas, boletins, dentre outros produtos, tendo em vista o alto custo produtivo. Logo, a comunicação dos sindicatos constitui-se como parte fundamental para reverter esse quadro de precarização das relações trabalhistas. Para Rossetti (2013), a inovação está presente também no impacto social das novas tecnologias de comunicação e informação, no novo receptor, agora produtor e interativo, em novas abordagens metodológicas de comunicação. Em vista disso, os sindicatos buscaram o estabelecimento de um canal de comunicação efetivo, que sobretudo objetive a divulgação de informações de interesse da classe trabalhadora, como prioridade para a veiculação de informações em seus canais de notícias.

Diante desse processo de interlocução entre sindicato e base, as mídias sociais digitais ocupam um papel de extrema importância na comunicação social, no que refere-se a democratização do acesso à informação, bem como a difusão de ideias e valores coletivos. Logo, torna-se necessário tentarmos compreender esse universo da plataforma da sociedade, para que possa haver um diálogo efetivo com trabalhadores e trabalhadoras, acerca da construção de redes de comunicação sindicais organizadas e fortalecidas, para a transformação da sociedade. Para Baker (2005, p. 334), comunicar requer efetivamente que o promotor desenvolva a mensagem correta, selecione a mídia apropriada e escolha o alvo da campanha com precisão, ou seja, o processo de escolha dos canais de comunicação pelas entidades sindicais tornam-se um ponto chave para que haja a garantia de que a mensagem vai chegar até o público que destina-se a mensagem.

Como contraponto às precarizações implementadas pela Reforma Trabalhista, a CUT Ceará atua em prol do fortalecimento da democracia, o desenvolvimento com distribuição de renda e valorização do trabalho. Além da luta pela universalização dos direitos, que é cotidianamente reafirmada através da participação ativa da Central na construção de políticas públicas e afirmativas de vários setores e segmentos da sociedade em todo o estado. Em decorrência de tais precarizações, o público-alvo delimitado é a classe trabalhadora, de modo que a CUT age contra retrocessos e intensifica a sua organização de forma estratégica, através da formulação de propostas e diretrizes presentes nos diversos canais e meios de comunicação geridos pela entidade, que convergem com os interesses trabalhistas, que historicamente são uma bandeira de luta defendida pela Central ao longos dos seus anos de atuação.

4 ANÁLISE DA COMUNICAÇÃO DA CUT CEARÁ

À medida em que as mídias digitais foram incorporadas ao sindicalismo, às entidades sindicais também iniciaram um processo de adaptação orientado pelas novas regras e os tipos de linguagem desenvolvida por essas redes, visto que almejavam o alcance de seus objetivos e a produção de resultados expressivos. Em função disso, a formação de seus dirigentes tornou-se iminente, tendo em vista suas inserções em tais plataformas, e capacitação para o adequado uso de ferramentas necessárias que pudessem contribuir para a partilha da mensagem sindical e da disputa hegemônica nas redes, influenciada pela rápida troca de informações com as categorias.

Para tanto, é necessário: Imiscuir-se no mundo da informação e embrenhar-se nos domínios da cultura, passa pela construção de novas formas de participação na produção e socialização da informação e do conhecimento. Este deslocamento, marca a emergência da Sociedade da Informação, num momento histórico de fundamental importância, o da possibilidade de pluralidade da produção e consumo de subjetividades, a generalização dos múltiplos discursos, falas, vozes e linguagens. (LIMA, 2002, p. 116-117)

Dessa forma, o presente capítulo trata da importância das redes digitais, especificamente dos sites, bem como da sua utilização pelas entidades sindicais para criação de uma comunicação que oriente o movimento sindical. A partir disso, foi desenvolvido um estudo de caso do Site da Central Única dos Trabalhadores no Ceará, através da análise de 19 matérias jornalísticas (amostra exploratória) publicadas na rede, no período correspondente ao mês de março de 2023 (01 a 31/03), uma vez que não foram constatadas atipicidades que alterasse a sua rotina produtiva.

Atualmente, a Secretaria de Comunicação da CUT Ceará, é composta por uma equipe de três membros, sendo um jornalista e dois estagiários em processo de formação também na área de jornalismo, tornando-se uma equipe limitada para o pleno exercício de suas atividades, tais como: assessoria de imprensa; manutenção do site; clipagem; produção e edição de matérias e releases; coberturas jornalísticas; criação e publicação de cards, dentre outras atividades inerentes às atividades jornalísticas necessária para a fomentação das redes digitais.

Em função dessa nova configuração dos meios de comunicação, a rotina de trabalho do jornalista sindical acaba sendo alterada. Com base nesta perspectiva comunicacional, a CUT Ceará implementou a criação da Secretaria de Comunicação, sendo coordenada na gestão atual por Silvania Pires (direção executiva 2023 - 2024). Conforme prevista suas

atribuições e obrigações no estatuto na Central, a Secretaria de Comunicacional é responsável pela procura e propagação de informações entre sindicatos associados, categorias trabalhistas e sociedade, bem como pela manutenção de publicações de pautas diárias nas redes digitais geridas pela entidade e elaboração de campanhas para informar e, ou mobilizar, a sociedade conforme às demandas e orientações da direção executiva.

Para além disso, a pasta também exerce a coordenação da comunicação interna entre as 16 secretarias que compõem a entidade atualmente, visto que informa os secretários e secretária quanto às principais pautas a serem debatidas nas mobilizações, assembleias e plenárias sindicais, estabelecendo assim um sistema interativo e cooperativo entre as secretarias. Dessa forma, a Central desenvolve trabalhos comunicativos em sua sede, através da utilização de aparelhos celulares, câmeras fotográficas, microfones, entre outros aparatos tecnológicos, apresentando como mídia eletrônica o Site, Canal no YouTube, Facebook, Twitter, WhatsApp, Instagram, e como mídia impressa, a produção de revista, jornal e de boletins e panfletos informativos elaborados conforme a demanda necessária, não havendo frequência periódica. A entidade também conta com um canal de comunicação via e-mails para os sindicalizados, que executa o envio de ofícios, avisos e convites às entidades associadas. Flaitt (2011, online) destaca que, “é evidente que de nada adianta termos a melhor tecnologia do mundo disponível se não estiver alicerçada em um trabalho e um conteúdo significativo”. Para o autor, os novos meios de comunicação propiciaram a dinamização das mensagens sindicais presentes nos textos diante de uma sociedade que apresenta cada vez mais apresenta o “tempo” como objeto de valor.

Apesar disso, as secretarias sofrem com a falta de recursos, decorrentes do fim da contribuição sindical obrigatória, provenientes da Reforma Trabalhista, aprovada durante o governo do ex-presidente do Brasil, Michel Temer, como por exemplo, a limitação financeira para realização de manifestações ou atividades referente a agenda sindical da entidade. Segundo Carvalho (2013, online), “o que se percebe é uma capacidade de aumento da produtividade jornalística, aliada à redução de custos, uma vez que determinadas tarefas podem ser executadas por um mesmo profissional”, visto que a midiática sindical implicou na exigência de profissionais polivalentes, ou seja, capaz de realizarem inúmeras funções. Ainda de acordo com o autor, “deste modo, há um risco maior de erros em conteúdos produzidos, entre outros problemas que aparecem como resultado de uma jornada de trabalho carregada de estresse e polivalência”. (CARVALHO, 2013, p. 270).

Diante disso, o processo de midiática do sindicalismo não modificou somente as mídias usadas pelas entidades sindicais, como também provocou mudanças na perspectiva da

comunicação sindical. A princípio, destaca-se o fim da dependência sindical, como uma espécie de “moeda de troca”, repassada aos grandes conglomerados de veículos de comunicação, a fim de atingir o diálogo para com a sociedade civil por intermédio da compra de espaços para anúncios comerciais na TV e no rádio. No entanto, embora houvesse a destinação de tais espaços para veiculação de temas relacionados aos sindicatos, ainda seria necessário superar a dificuldade imposta pela presença de barreiras ideológicas e editoriais, as quais restringiam determinadas bandeiras sindicais, limitando a sua divulgação e consequentemente diminuindo a mobilização social em torno da temática discutida.

A internet, hoje, além de um suporte para o conjunto da comunicação sindical, é um instrumento autônomo. O que ela oferece é essencial para viabilizar todos os instrumentos de comunicação de um sindicato. É o instrumento mais barato e mais ágil. Tudo pode ser divulgado, comunicado “em tempo real”, como se diz, hoje. (GIANNOTTI e SANTIAGO, 2014, p. 12)

A partir dessa adaptação tecnológica, e posteriormente com o domínio das ferramentas necessárias para a coordenação das mídias digitais, a comunicação é gerida pelas entidades sindicais como forma de contato não somente com a classe trabalhadora, mas também com toda a sociedade, adquirindo assim uma maior amplitude e impacto social. novas possibilidades. Para tanto, faz-se indispensável que as organizações sindicais que atuam nas redes apresentem um conhecimento estratégico, a fim de atrair e mobilizar a sua categoria. Dessa forma, para mensurarmos como é realizada tal comunicação por intermédio da internet, bem como qual a sua composição e importância para CUT Ceará, serão delimitados conceitos obtidos por meio de pesquisas bibliográficas, para que haja a construção de um parâmetro comunicacional, recortamos o site www.cutce.org.br como objeto de análise.

O Portal de Notícias do Ceará, isto é, o Site da Central, criado em 7 de julho de 2002, trata-se de um dos principais meios de comunicação utilizados tanto pela entidade, tendo em vista a sua capacidade em armazenar não somente reportagens e notícias referentes às ações desenvolvidas pela CUT Ceará e de temática discutidas socialmente em torno da classe trabalhadora, como também de vídeos, artigos de opinião, imagens e documentos. Atualmente, o site conta com a publicação de 8.791 notícias produzidas, e ou publicadas pela equipe de comunicação da CUT Ceará. Para além disso, o site é constituído pela presença de um painel informativo onde são disponibilizadas as 9 principais pautas diárias em forma de manchetes distribuídas ao longo da capa do site, e das demais em forma de listagem. Por conseguinte, a opção menu localizada na parte superior esquerda da página principal é dividida verticalmente em 6 abas principais (Notícias; Canais e redes sociais; Multimídia;

Rádio CUT; Institucional; Fale Conosco) que norteiam a história e os valores da entidade, os canais de comunicação, e os materiais desenvolvidos pela equipe de comunicação da CUT Ceará. Menu de acessibilidade, modificando o layout e composição do site conforme a necessidade do usuário.

Além disso, o site ainda possui muitos vídeos que podem ser acessados na própria plataforma ou redirecionados para o canal do YouTube da entidade, e de imagens que retratam a agenda sindical da CUT Ceará, demonstrando as reuniões da direção executiva, atos, congressos, greves e campanhas salariais, dentre outras ações desenvolvidas e orientadas pela Central. Outros pontos que também ganham evidência no site, refere-se a disponibilização de um espaço para que os usuários enviem mensagens, sugestões ou dúvidas para o e-mail do sindicato, opção está localizada na aba “entre em contato”, na função menu da página inicial, e presença de ícones ao longo da interface que permitem o acesso às demais redes da entidade como o WhatsApp, Instagram, Facebook e Twitter. As interfaces do site seguem os padrões básicos da internet. Ademais, os conteúdos e os elementos visuais são explícitos quanto à posição do sindicato em defesa dos direitos da classe trabalhadora, que estão muito presentes na interface do site, sendo organizados por temáticas (editorias) e datas, permitindo compartilhamento de imagens, opções de cópias e visualização das fotos. Posto isso, o objeto de análise deste trabalho, trata-se do site da CUT Ceará, no período referente ao mês de março de 2023, o qual não foi registradas mudanças nas rotinas de produção da equipe de comunicação, a fim de analisar a comunicação realizada pela entidade no referido Portal, tomando como parâmetros de pesquisa os critérios de design, navegabilidade, usabilidade, multimídia e interatividade. Neste período, todas as páginas publicadas foram de informações jornalísticas, por isso se faz necessário compreender a adaptação deste gênero comunicativo à internet.

Com o desenvolvimento e a adoção do uso de novas tecnologias, o jornalismo sofreu modificações que influenciaram na construção e disponibilização de conteúdos, tais como instantaneidade e a acessibilidade de conteúdos antes inacessíveis ou não atualizados com tamanha eficiência. Para Beatriz Riba (2000) as redes digitais potencializam o desenvolvimento do jornalismo, alterando as rotinas produtivas, amplificando a disseminação de notícias e as relações entre emissores e receptores. Desse modo, ao aplicar ou hospedar produções jornalísticas num determinado espaço online, como sites e redes digitais, é preciso delimitar previamente cuidados, como a checagem das informações anteriormente a sua publicação, a produção de textos em concordância com os valores previamente estabelecidos,

sobretudo a construção de uma sistema informativo que pautas as reivindicações e interesses de seu público. Meyer (2007) explica que:

Com uma oferta tão abundante de informação, a habilidade de descobrir e transmitir a verdade tem relativamente menos valor, e a ênfase passa à capacidade de tornar o produto atraente e desejável para o consumidor final. A edição aumenta a importância em relação à reportagem. [...] A nova ênfase em filtrar, refinar, decorar e empacotar a informação requer novas maneiras de aplicar nossas antigas habilidades e também a descoberta de habilidades totalmente novas 93 (MEYER, 2007, pp. 242-243).

Em vista disso, o jornalismo online apresenta um conjunto de desafios a serem superados para a construção de uma comunicação coletiva e representativa. Para tanto, as presentes matérias analisadas produzidas e publicadas pela CUT Ceará em seu site, apresentam aspectos que condizem com tais prerrogativas analisadas, destacando-se predominantemente a ampla produção de conteúdos que pautam tanto a classe trabalhadora, quanto a sociedade em geral, informando o seu público acerca da implementação e revogação de medidas antipovo e projetos de leis, e principalmente, da agenda sindical desenvolvida pela Central, bem como a disponibilização e armazenamento dessas produções em seu Portal, que permite o livre acesso e uma fácil leitura. No período analisado que corresponde ao mês de março de 2023 (01/03 a 31/03/23), foram publicadas 19 matérias, sendo distribuídas nas seguintes temáticas: Meio Ambiente (1); Mercado de Trabalho (3); Trabalho Escravo (1); Renda (4); Violência contra a Mulher (3); Política de Juros (2); Desigualdade Social (1); Formação Sindical (1); Nota de Repúdio (1); Privatização (1) e Campanha Salarial (1). Em vista disso, a atualização e a produção diária de matérias para o site contribuem para o pleno e adequado funcionamento do sistema noticioso representativo visto que as produções são orientadas e editadas por um profissional devidamente capacitado para tal função, com diversificação de temáticas, além da checagem das informações que compõem as matérias, e por fim, a elaboração de conteúdo a partir de uma linguagem simples e objetiva, que favoreçam a compreensão da categoria, apoiada por um design claro e atrativo.

4.1 Design

O desenho do site dá-se pela presença das notícias e reportagem na parte superior, seguida pelo registros de fotos e produções visuais e sonoras, e por fim, a disponibilização de artigos de opinião. Em função dessa ampla diversificação, o Portal CUT facilita o acesso, o rápido compartilhamento e a checagem de informações à respeito das pautas sociais e trabalhistas debatidas no site, sobretudo, a transparência da Central para como sua categoria

através da disponibilização do resultado das mobilizações ou das instruções gerais divulgada previamente antes da mobilizações, isto é, o trabalhador é aproximado da comunicação da Central, sendo aproximada dos valores e temas debatidos, a fim de gerar uma comunicação horizontal entre entidade e público, assim informando coletivamente.

A paleta de cores adotada para a composição de um site representa a identidade, tal como os valores defendidos por uma instituição, sendo elementos essenciais para a transmissão de conteúdo em consonância com a política pregada pela entidade. O layout, isto é, a distribuição de elementos que compõem a interface do site, representa juntamente com as cores, elementos que necessitam serem desenvolvidos, a fim de atingir uma identidade visual coerente, facilitando a leitura e a identificação de informações. Aleks Dias (2010, on-line) sobre o emprego das cores na internet:

A cor é muito importante como elemento orientador do olhar do utilizador. Os olhos movem-se dos elementos maiores para os menores, das cores escuras para as mais claras, e da cor para a ausência de cor. A escolha de cores na rede não é feita como se faz no papel. O papel recebe luz enquanto que o ecrã ilumina. Esta é a primeira de muitas diferenças. A cor deve guiar, orientar a leitura que na rede tem contornos particulares, trata-se de uma leitura não-linear. É o utilizador que faz o seu caminho.

Para a construção de uma identidade visual que represente a CUT Ceará, é perceptível a utilização das cores presente no logotipo da Central (Branco e Vermelho), como cores predominantes presente em seu Portal, visto que fundo de página é composto pela cor branca, e o banner localizado na parte superior, juntamente com o menu de opções apresentam a cor vermelha, caracterizando assim a composição de um sistema comunicativo singular. Dessa forma, delimita-se que deve haver um parâmetro entre cores aplicadas e a construção do layout, juntamente com os demais elementos da plataforma, tornando a plataforma atraente e coerente com a filosofia da entidade. Segundo Dorival Teixeira Neto (2008, on-line)

A combinação de cores é muito importante, uma boa combinação causa harmonia, tranquilidade e conforto visual no produto. Como um remédio, dosar para mais ou para menos o fator "cor" fará com que o produto melhore ou fique mais doente ainda. Por exemplo, usar a cor azul e vermelha combinadas causa um desconforto visual, pesando muito o produto e consequentemente a opinião subjetiva de um usuário para com o produto.

Partindo desse pressuposto, o material noticioso analisado apresenta uma composição de cores e de layout limitada, que embora condiga com a paleta de cores aplicada pela Central, nas demais plataformas e nas construção de mobilizações e manifestações, delimitando assim uma identidade visual única e de luta, sofre com a utilização ultrapassada

das cores, tipografias, sobretudo na composição visual da home, que torna-se obsoleta estática ao longo de um período superior a duas décadas. Além disso, o site conta com um layout simples e lógico, juntamente com a distribuição das informações ao longo de sua interface de forma coesa, com abas e guias bem delimitadas, onde a paletas de cores destacam o conteúdo das notícias, através do destaque de título e legendas.

Imagem 1: Recorte de Página do site da CUT-CE (09/07/02)



Fonte: www.ccut.org.br

4.2 Navegabilidade

No que refere-se à navegabilidade do site, torna-se necessário a construção de uma rede que facilite o acesso de usuários, sem falhas no carregamento de arquivos e com a presença de uma comunicação inclusiva e fácil compreensão. A partir desses ajustes, a fim de atingir um pleno acesso e facilidade de ação de navegadores, isto é, a navegabilidade será otimizada. Sarmet e Silvino (2002), dividem os critérios complementares de análise da navegabilidade de sites, em três aspectos pertinentes para os usuários no processo de mensuração da navegabilidade:

Aspectos do sistema: refere-se à qualidade ou capacidade dos equipamentos que o usuário possui para acesso à Internet. O site deve permitir que diferentes recursos facilitem a apreensão do seu conteúdo pelo usuário, sem desconsiderar que as tecnologias utilizadas não podem ser incompatíveis com as mais comuns encontradas na rede.

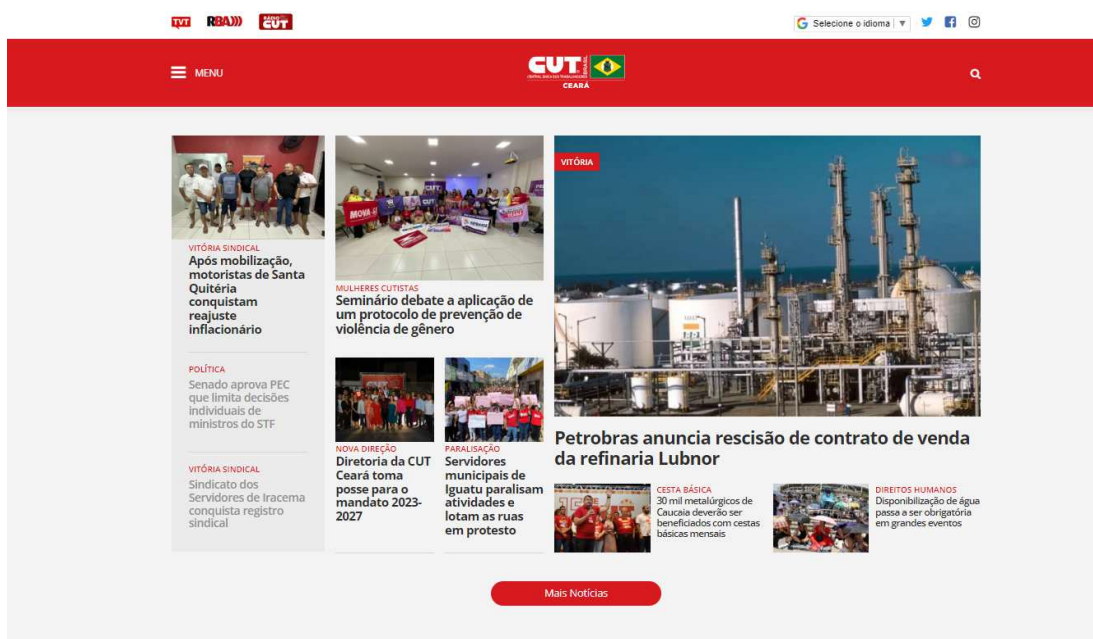
Arquitetura do conteúdo: diz respeito à forma como o conteúdo do site é disposto, tornado sua apreensão facilitada no que tange à utilização de recursos cognitivos (como a informação é redigida ou a utilização de ilustrações) e como ela é disponibilizada (em diversos níveis, em uma só estrutura).

Estética funcional: trata-se das questões relativas à proporção, equilíbrio, harmonia em função dos traços, estilo de redação, cores que podem facilitar ou dificultar a navegabilidade do usuário. SARMET e SILVINO (2002, p. 040)

Tais critérios não representam somente um diferencial pelo fato de nortear a construção de uma navegabilidade adequada, mas também delimitam características que podem facilitar ou dificultar a navegação. Em suma, os critérios apresentados podem ser considerados como potenciais indicadores de um site com funcionamento adequado ou não para os usuários.

Para isso, as 19 notícias selecionadas como espaços amostrais, produzidas e publicadas pela CUT Ceará em seu site, apresentam em linhas gerais o fácil acesso, a divisão de categorias na aba menu, a presença de um campo de pesquisa com boa visibilidade, links com boa identificação, menu de navegação organizado e a necessidade de poucos cliques para a execução de comandos, sobretudo inclusivo e com a presença de um conteúdo elaborado a partir de uma comunicação que prioriza a compreensão coletiva, de forma simples, clara e objetiva.

Imagem 2: Recorte da Página Principal do site da CUT Ceará (28/11/23)



Fonte: www.cecucut.org.br

4.3 Usabilidade

Para que possamos determinar os critérios acerca da usabilidade, é necessário primeiramente defini-la, trazendo a definição de Krug (2006 p. 14), “a usabilidade significa na verdade assegurar-se de que algo funcione bem, que uma pessoa com pouca habilidade e experiência comuns (ou até menos) possa usar algo, seja um website, um caça a jato ou uma porta giratória para seu propósito desejado sem ficar frustrada com isso”. Dessa forma, o site deve priorizar primordialmente o fácil manuseio para usuários, uma vez que a presença de elementos que atrapalham tal uso, pode ocasionar um baixo número de acessos e grande números de desistências de navegação no site.

Para Amstel (2005, p. 1), “a usabilidade é sinônimo de facilidade de uso. Se um produto é fácil de usar, o usuário tem maior produtividade: aprende mais rápido a usar, memoriza as operações e comete menos erros.”, uma vez que é responsável por determinar a facilidade de manuseio. Ainda sobre a usabilidade Nielsen (2000) alerta que:

Não conseguirem descobrir como usar um website em aproximadamente um minuto, concluem que não vale a pena gastar seu tempo. E saem. Visto assim uma evidente evasão de usuários, e com sigo receita, causada pela simples negligência projetual, cria-se uma linha lógica indiscutível ligando a importância de usabilidade para interfaces digitais voltadas para internet ainda na fase de concepção. (Nielsen, 2000, p. 44)

Para Cybis (2003, p. 2) usabilidade também é definida como, “a capacidade que um sistema interativo oferece a seu usuário, em um determinado contexto de operação, para a realização de tarefas, de maneira eficaz, eficiente e agradável”. Dentre alguns elementos indispensáveis, podemos delimitar a presença de uma barra de busca, a possibilidade de filtro do conteúdo pesquisado e a atualização do conteúdo presente no site, além da presença da acessibilidade para portadores de deficiência (PCD 's). Nielsen (2000):

A usabilidade pode ser descrita através dos seguintes atributos: facilidade de aprendizado, eficiência de uso, facilidade de memorização, baixa taxa de erros e satisfação subjetiva. [...] muitos problemas relacionados à interface web advêm da dificuldade que o usuário encontra para chegar à informação desejada nos sites (NIELSEN, 2000).

A partir disso, a usabilidade pode ser usada como um critério que possibilita a definição a respeito da facilidade com que as pessoas acessam e navegam em determinadas plataformas, sobretudo para delimitar o quanto uma entidade oferta um sistema informativo de fácil compreensão para o usuário. Dentro dessa perspectiva, Nielsen (1995) descreve cinco

normas da usabilidade para plataformas hipermídia que estão integradas ao design da interface:

- **Facilidade de aprendizado:** o usuário rapidamente consegue explorar o sistema e realizar suas tarefas;
- **Eficiência de uso:** tendo aprendido a interagir com o sistema, o usuário atinge níveis altos de produtividade na realização de suas tarefas;
- **Facilidade de memorização:** após um determinado período sem utilizá-lo, o usuário não freqüente é capaz de retornar ao sistema e realizar suas tarefas sem a necessidade de reaprender como interagir;
- **Baixa taxa de erros:** o usuário realiza suas tarefas sem maiores transtornos e é capaz de recuperar erros, caso ocorram;
- **Satisfação subjetiva:** o usuário considera agradável a interação com o sistema e se sente subjetivamente satisfeito com ele.

Partindo desse pressuposto, a linhas gerais a usabilidade pode ser definida como as condições que a plataforma impõe aos seus usuários para que estes possam atingir seus objetivos. Para o desenvolvimento desta análise foi utilizado o conteúdo noticioso, delimitado anteriormente na discussão, o qual forneceu subsídios para traçarmos a usabilidade presente no site da CUT-CE, e partir disso, propor uma base conceitual, identificando as variáveis que favorecem a adaptação e que articulam as noções de competências dos usuários, construída através das representações que ele tem de situações e da utilização de interfaces (softwares, internet), sobretudo pelas estratégias e modos operatórios adotados para obter a informação e o serviço desejado no site.

Dessa forma, a usabilidade, aferida pelos critérios citados, indica o grau de usabilidade adequado que a página oferece ao ser acessada, tendo em vista a presença de pontos, tais como: a presença de um menu rápido e de fácil acesso; composição através de elementos e informações indispensáveis, como por exemplo, contatos e notícias atuais; opções de pesquisa avançada através de filtros, tornando simples a localização de informações específicas. Por conseguinte, com a predominância das cores na tonalidade vermelha, o site fornece uma aba de acessibilidade a qual é necessária para pessoas que são acometidas como o daltonismo e de uma leitura realizada através da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), e de um menu de acessibilidade que adequa-se a determinadas necessidades de seus usuários. Para Santarosa (2003, p.2):

Acessibilidade compreende o conjunto de esforços que se realiza em diferentes âmbitos da atividade humana para facilitar o acesso a meios e recursos sociais, culturais, educacionais, etc., com o objetivo de reduzir o efeito de uma limitação do meio ambiente e assim proporcionar uma maior igualdade às pessoas com necessidades especiais.

No entanto, também foram enumeradas situações inadequadas, que demonstram uma ineficiência da usabilidade, influenciando-a negativamente, dentre elas, a falta de atualização de informações indispensáveis como a composição de diretorias e contatos, que não são mais utilizados, localizados principalmente na aba menu da plataforma. Destarte, também não há a presença de uma leitura em áudio que possibilite a acessibilidade para pessoas portadores de deficiência visual.

4.4 Elementos multimídia

A utilização de elementos e ferramentas multimídia em plataformas digitais, como site e portais de notícias, demonstram a possibilidade da junção de imagens, sons, textos e vídeos, como fatores que somam-se às informações transmitidas através de um único produto. A partir dessa manipulação, sobretudo de uma composição diversificada de mídias presentes numa mesma página, o acesso é amplificado, em função da oferta de inúmeras produções relativa a um determinado assunto, sendo ofertadas num mesmo local e de rápida acessibilidade. De acordo com Nora Paul (2007, p. 123):

A internet oferece diferentes exemplos de elementos que venham a constituir uma narrativa multimídia. São eles: texto; hipertexto; animações, infográficos; linha do tempo; imagens, fotos 360°; áudio slideshow; podcasts; áudio; áudio panorama; vídeo; videocasts; vídeo 360°; hipervídeo e newsgame. Tais itens podem ser inseridos em mais de uma das cinco grandes categorias, visto que apresentam características semelhantes entre si. Segundo Nora Paul (2007, p. 123)

A partir disso, a comunicação digital construída através das redes, visa a integração de diversos elementos multimídia de forma criativa e autêntica. Para Salaverría (2005), a multimídia é dividida em duas categorias distintas, sendo por justaposição, caracterizada pelo uso de distintos elementos agrupados, tais como: texto, foto, áudio e vídeo, sem a necessidade de haver uma conexão direta entre o mesmo, e por integração, quando o uso dos recursos multimídia constituem uma unidade comunicativa, uma vez que constroem um único sentido (SALAVERRÍA, 2005).

Nesse sentido, serão analisado os elementos presentes não somente presentes na composição da interface do Site da CUT Ceará, como também a construção das notícias produzidas pela equipe de comunicação, de modo a mensurar a construção multimídia, composto por vídeos, imagens, reportagens, textos, dentre outros recursos gerados pela combinação de linguagens e formatos, os quais são integrados e conexos entre si e do conteúdo jornalístico presente no Portal de notícias. Com base nos critérios apresentados ao

decorrer da discussão, o site apresenta a disponibilização de uma opção menu composta por recursos multimídia que favorecem a procura de produções por seus usuários, dentre elas podemos destacar as fotos, imagens, produções textuais, sonoras e visuais. Ademais, a plataforma também possibilita o acesso a grande quantidade de vídeos com abordagem de vários temas localizados ao final da página de interface; o acesso a esses conteúdos é de fácil manuseio e com rápido acesso, e apresenta recursos multimídia na página inicial. Apesar disso, o Portal concentra os recursos de áudios e vídeos somente na home do site, isto é, os recursos não foram localizados nas 19 matérias analisadas, caracterizando uma insuficiência de produções multimídia que integrem o conteúdo noticioso.

A utilização de imagens, fotografias e ilustrações para a composição de site e plataformas representa tanto a complementação do conteúdo presente na rede, quanto a oportunidade em determinadas situações, como mobilizações e greves, de demonstração do resultado das ações planejadas e desenvolvidas por uma entidade. Em função disso, faz-se necessário relacionar a temática discutida no texto escrito com a situação que a imagem vai retratar, de modo a não gerar disfunções comunicacionais, que ocasiona numa má compreensão do conteúdo presente nas publicações, afinal a imagem também transmite informações. Outros fatores que podem influenciar no uso inadequado de elementos visuais, trata-se da falta de nitidez e baixa resolução, além da não checagem da origem de imagens e informações ou dados, utilizados por exemplo, em gráficos e tabelas. Klaus (2002, p. 15) argumenta sobre o uso de imagem, como forma de ilustração de textos:

Visualiza-se melhor o que se quis dizer, mas isto não quer dizer que se melhora a compreensão. Mesmo porque a imagem não corresponde necessariamente à realidade. Isto porque a imagem, no nosso caso a imagem telejornalística, tem algumas características, relativas à sua polifonia, que não percebemos.

Em vista disso, torna-se necessário o uso do texto escrito junto à imagem não apenas como complemento, mas como forma de reafirmar a realidade transmitida nas ilustrações, com a finalidade de evitar compreensões equivocadas. Segundo Paternostro (1987, p.50) “ou o texto tem a ver com o que está sendo mostrado ou não tem razão de existir, perde a sua função. O papel da palavra é dar apoio à imagem e não brigar com ela”. Dessa forma, torna-se possível estabelecer comparações entre os conceitos analisados com a utilização de imagens e ilustrações no site da CUT Ceará, de modo a mensurar o uso de tais elementos como formas de contribuir com compreensão das reportagens e produções textuais presentes no Portal de notícias, dentre elas podemos enumerar: a creditação de fotos, como pré-requisito para sua publicação; a utilização de imagens que condizem com o conteúdo abordado pelo material

noticioso; a produção e captação de imagens pela própria equipe de comunicação; e por fim, o uso de ilustrações orientado pela presença de um jornalista especializado. No entanto, a pesquisa constatou a escassez da multimídia presente no conteúdo noticioso formado em sua totalidade pela junção de imagens e textos, visto a não utilização de outros recursos multimídia no material analisado, como vídeos, áudios e outros elementos que diversifiquem o conteúdo elaborado.

4.5 Interatividade

No atual cenário, o jornalismo ofertado através das plataformas digitais oferece um vasto universo com múltiplas possibilidades de interação, sejam para discussão de assuntos semelhantes ou até mesmo para junção de conteúdos produzidos por organizações distintas. Castells (1999, p. 461) afirma que:

Precisamente devido a sua diversificação, multimodalidade e versatilidade que o novo sistema de comunicação é capaz de abarcar e integrar todas as formas de expressão, bem como a diversidade de interesses, valores e imaginações, inclusive a expressão de conflitos sociais.

Em função disso, a interatividade tornou-se uma das características principais para a delimitação de um sistema comunicativo eficiente, visto que o receptor também exerce um papel indispensável na cadeia informativa, que encontra neste último a oportunidade de fazer-se presente no ciclo informativo. Neste sentido, podemos tomar como exemplo, o material noticioso analisado, que proporciona para o leitor poucas opções de interatividade, dentre elas: a utilização de ícones que permitem o acesso a outras redes, bem como a possibilidade de compartilhamento de materiais para o Facebook, Twitter, Whatsapp, Telegram e a interação através de canal de feedbacks, localizado na aba menu. Torres e Mazzoni (2004, online) descrevem a interação na web, como:

Significa permitir que o usuário possa fazer as adaptações a ele adequadas para a utilização do produto, desde ajustes no conteúdo à exibição, tais como efeitos de ampliação, parar animações, modificar contraste, optar entre o uso monocromático ou policromático etc. Opções quanto à forma de recebimento de arquivos com conteúdos que integram o documento principal são também desejáveis. Por exemplo: que seja possível optar em baixar o arquivo completo de um documento em hipertexto em vez de fazer a navegação on-line, conectado à Internet. Conteúdos digitais associados a cursos que envolvam várias sessões de interação devem guardar as preferências dos usuários, para que eles possam ter esses ajustes à disposição, em suas posteriores interações com o sistema.

Levy (2000, p.77) complementa a definição de Torres e Mazzoni (2004, online), uma vez que determina que, “a interatividade é um processo de construção ou ordenação da

informação no sistema por meio da participação do usuário”. Ainda segundo o autor, a interatividade é analisada através de cinco critérios: a possibilidade de apropriação e de personalização da mensagem pelo usuário; a reciprocidade de comunicação; a virtualidade; a implicação da imagem do participante nas mensagens; a tele-presença.

Apesar disso da importância da aplicação de tais critérios, o site apresenta-se ineficiente quanto a aplicação da interatividade, visto que as produções verificadas detêm em sua totalidade, uma estrutura noticiosa estática e repetitiva, construída apenas com a junção de texto e imagens, sem a disponibilização de demais elementos interativos dentro da notícias, sobretudo não disponibiliza a avaliação, comentários e curtidas. Além disso, verifica-se a falta de atualização e estaticidade da interface da página inicial e dos demais elementos que constituem o site, ineficiência ora influenciada por ausência de tecnologias e de profissionais que possam suprir tal falta, ora por limitações financeiras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a elaboração da presente análise fundamentada através da discussão juntamente com a revisão bibliográfica de materiais e autores que pudessem delimitar parâmetros acerca da comunicação sindical através das redes digitais, o trabalho verificou que a internet têm sido um espaço de fundamental relevância para a comunicação sindical entre entidade e sua categoria, tanto no relacionamento com os filiados e associados, quanto com a sociedade em geral. Todavia, ao observar tal dinâmica comunicacional, concluiu-se ao longo da pesquisa que o site da CUT Ceará apresenta dificuldades quanto a sua efetiva comunicação, tendo em vista que cumpre meramente com sua função informativa, em razão da falta de interatividade e a baixa multimídia, fato que acarreta na inobservância dos critérios analisados.

Ademais, a secretaria de comunicação da CUT Ceará, é composta por uma equipe de quatro membros, sendo formada por um jornalista, dois estagiários e por uma secretaria de comunicação, que compõe a direção executiva da entidade, sem adequada formação na área. Dentre as atividades designadas, estão presentes a manutenção do site; clípage; produção, edição de matérias e releases; coberturas jornalísticas; criação e publicação de cards, além de outros serviços imprescindíveis para a manutenção das redes da entidade. No entanto, a equipe sofre com defasagem de investimentos financeiros, como a falta de equipamentos e admissão de novos profissionais especializados, fatores que precarizam o adequado exercício de suas respectivas funções e causam sobrecarga de trabalho.

Outrossim, o site da CUT Ceará, objeto de análise desta monografia, um dos principais canais de comunicação com a sua categoria, destinado para publicação de matérias noticiosas como reportagens, vídeos, imagens e informações sobre atividades da entidade. Para isso, foram analisadas 19 matérias publicadas na referida rede, no período que corresponde ao mês de março de 2023, intervalo em que não foram identificadas excepcionais na rotina produtiva da equipe de comunicação. No que refere-se aos resultados encontrados, foram observados cinco critérios, sendo constatada a insuficiência da multimídia presente no conteúdo noticioso formado em sua totalidade pela presença de imagens e textos. A ausência de interatividade, oriunda da monotonia, de uma estrutura estática da notícia e sem a presença de elementos de interação, como enquetes, comentários e curtidas. Além disso, também foram identificados problemas na usabilidade, uma vez que não há uma acessibilidade mais abrangente do conteúdo para determinadas deficiências, como por exemplo, a visual, através da leitura audiodescritiva.

Por fim, foi verificada a adequação limitada do design do site quanto a composição visual da home, visto a utilização obsoleta no que refere-se a atualização das cores, fontes, e principalmente, da estrutura visual monótona em que a notícia está inserida, que permanece a mesma desde a criação da rede, há mais de 20 anos. Já para a navegabilidade, foi observada uma disposição básica de elementos gerais para um mínimo exercício da navegação na página principal, porém que tem seu uso comprometido em decorrência da inadequação dos componentes analisados anteriormente. Logo, a partir dos resultados obtidos ao decorrer do estudo de caso do site da Central Única dos Trabalhadores do Ceará (CUT Ceará). Este trabalho pôde verificar que existem inconsistências no site, no que refere-se a carência de investimentos tanto em arquitetura como em conteúdos, gerando inadequações que influenciam negativamente a utilização do mesmo como canal informativo.

Portanto, para enxergarmos o futuro da comunicação sindical através das redes digitais, é de suma importância promovermos a multiplicação dos conhecimentos acerca desta temática não relevante não apenas para o ambiente acadêmico, como também para toda a comunidade. Por consequência é de notoriedade reafirmar que apesar da comunicação sindical historicamente ter assumido um espaço alternativo para a reivindicação dos valores de cidadania, democracia e participação, requer que não somente o seu conteúdo, mas também as formas de comunicar-se sejam atualizadas de forma periódica, através da orientação de profissionais especializados, para que possa ser desenvolvido um sistema informativo que consiga comunicar-se efetivamente com as suas categorias.

6 – BIBLIOGRAFIA

ALVES, EDUARDO. Concepção e prática: uma breve história do movimento sindical. 2005.

AMSTEL, Frederick Van. Afinal o que é usabilidade Site Usabilidoido. Disponível em: <[HTTP://www.usabilidoido.com.br/afinal_o_que_e_usabilidade.html](http://www.usabilidoido.com.br/afinal_o_que_e_usabilidade.html)>. Acesso em: 08 novembro de 2023.

ANTUNES, R. Adeus ao trabalho? Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 1995

ANTUNES, R. Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil. São Paulo, Estudos Avançados, vol.28, nº.81, 2014.

ANTUNES, R. O Que é Sindicalismo. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1985.

ANTUNES, Ricardo. O que é sindicato? 18ª edição revisada e atualizada, Editora Brasiliense, São Paulo-SP, 2003

ANTUNES, Ricardo. O que é sindicalismo. São Paulo: Brasiliense, 1982.

ANTUNES, R. Trabalho uno ou omni: uma dialética entre o trabalho concreto e o trabalho abstrato . Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/download/941/713/1065>>. Acesso em: 26 nov. 2023.

ARAÚJO, Ângela. A Construção do consentimento: corporativismo e trabalhadores nos anos trinta. São Paulo: Scritta, 1998.

ARAÚJO, Silvia Maria Pereira de. Imprensa sindical: instrumento de ação e objeto do conhecimento, 1976-1990. São Paulo: ECA/USP, 1991. Tese (Ciências da Comunicação). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991. 313 p.

AZEVEDO, Raquel de. A resistência anarquista: uma questão de identidade (1927-1937). São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002. (Coleções Teses e Monografias, v. 3).

BAKER, Michael J.. Administração de marketing. 3ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

BEAUD, Michel. História do Capitalismo: de 1500 aos nossos dias. São Paulo: Editora Brasileira, 1981.

BERNARDO, Antônio Carlos. Tutela e autonomia sindical: Brasil, 1930-1945. São Paulo: TAQ, 1982.

BRAGA, José Luiz. O Pasquim e os anos 70: mais pra epa que pra oba. – Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1991

BRAICK, Patrícia Ramos; MOTA, Myriam Becho. História: das cavernas ao terceiro milênio. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2007.

CACAU, B. Trabalhadores cearenses, uni-vos!: O Pacto de Unidade Sindical em Fortaleza (1957-1964). 2009. Dissertação. Mestrado em História Social, Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

CÂNDIDO FILHO, J. O Movimento Operário: O Sindicato e o Partido. Ed.1. Petrópolis: Editora Vozes, 1982.

CARONE, E. A República velha: instituições de classes sociais. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970, p. 244.

CARVALHO, G. Estudos em Jornalismo e Mídia. Ed. 1, v. 10, p. 270, 2013.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Cosette. As transformações no mundo do trabalho e a comunicação sindical. Revista FAMECOS, v. 7, p. 168-179, 1997.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Estatuto da Central Única dos Trabalhadores, Portal CUT, 2011.

CYBIS, Walter de Abreu. Engenharia de usabilidade, uma abordagem ergonômica. Florianópolis: Labiutil, Laboratório de Utilizabilidade, p.142, 2003.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo (1930-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 2.

DIAS, A. O poder de um site bonito. Disponível em: . Acesso em: 15 nov. 2023.

DIEESE. A Importância da Organização Sindical dos Trabalhadores. Nota Técnica, Online, n. 177, p. 1-14, 15 abr. 2017. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec177ImportanciaSindicatos.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2023.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do estado. Trad. Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FERREIRA, Maria Nazareth. A imprensa operária no Brasil (1880/1920), Petrópolis: Vozes, 1978

FERREIRA, Maria Nazareth. Imprensa operária no Brasil. São Paulo: Ática, 1988.

FREIXINHO, Nilton. Instituições em crise: Dutra e Góis Monteiro, duas vidas paralelas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997.

FRENCH, Jonh. D. Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001.

GAWRYSZEWSKI, Alberto. A imagem como instrumento de luta anarquista. In: GAWRYSZEWSKI, Alberto (org.). Imagens anarquistas: análises e debate. Londrina: UEL, 2009. p. 11-42.

GIANNOTTI, Vito. Comunicação dos Trabalhadores e Hegemonia. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

GIANNOTTI, Vito. O que é jornalismo sindical. Coleção primeiros passos. 2º ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

GIANNOTTI, Vito e SANTIAGO, Cláudia. Comunicação sindical – a arte de falar para milhões. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

GIANNOTTI, Vito, SANTIAGO, Cláudia e DOMINGUES, Sérgio. Manual de linguagem sindical. Edições NPC. Rio de Janeiro: NPC, 2000.

GOMES, Angela de Castro. A invenção do trabalhismo. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GOMES, Angela de Castro. Cidadania e direitos do trabalho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

HUBERMAN, Leo. História da riqueza do homem. 17 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

JAMBEIRO , Othon; BOLÃO, César; BRITTOS, Valéria. Comunicação, Informação e Cultura: Dinâmicas Globais e Estrutura de Poder. 2004. 196 p. Disponível em: <https://repositoriohml.ufba.br/bitstream/ufba/151/4/Comunicacao%2C%20informacao%20cultura.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2023.

KAPLÚN, Mário. Una pedagogía de la comunicación (El comunicador popular). La Habana: EDITORIAL Caminos, 2002.

KLAUS, Liliane. Recepção das imagens telejornalísticas no Brasil ou o poder das emissoras. Disponível em: Acesso em: 17 dez. 2006.

KRUG, Steve. Não me faça pensar: uma abordagem de bom senso à usabilidade na web. Rio de Janeiro: Alta Books, 2006.

LÊNIN, V. L. Sobre os sindicatos. São Paulo: Editora Polis, 1979. (Coleção Teoria e história. 4)

LEVY, Pierre. Cibercultura. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2000.

LIMA, Maria de Fátima Monte. No fio da esperança: políticas públicas de educação e tecnologias da informação e da comunicação. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia. Salgado/BA, 2002.

MANFREDI, S. M. Educação em sindicatos (Quem disse que a gente não sabe?). Tese de Doutorado, São Paulo, FFLCH-USP, 1983 e, da mesma autora, Educação sindical entre o conformismo e a crítica. São Paulo, Loyola, 1986.

MARCUSE, Herbert. (2002), One-dimensional man: studies in the ideology of advanced industrial society. Londres, Routledge

MATTOS, Marcelo Badaró. Trabalhadores e Sindicatos no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MAX-NEEF, M.A. Desenvolvimento à Escala Humana – Concepção, Aplicação, Reflexos Posteriores”, EDIFURB, Editora da FURB, 2012.

MEYER, Philip. Os jornais podem desaparecer? Como salvar o jornalismo na era da informação. São Paulo: Contexto, 2007.

MIANI, Rozinaldo Antonio. As transformações no mundo do trabalho na década de 1990: o olhar atento da charge na imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista. Assis: Unesp, 2005. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2005.

MOISÉS, J. A. Qual é a estratégia do novo sindicalismo?. In: Vários Autores. Alternativas populares da democracia: Brasil anos 80. Petrópolis - RJ, Vozes/CEDEC, 1982.

MORTON, A. L.; TATE, George. Historia del movimiento obrero ingles. Madrid: Editorial Fundamentos, 1971.

NIELSEN, Jakob. Projetando websites. 2ª edição. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

OLIVEIRA, Tatiana Pontes de. Cidade entre mediações e interações: Vínculos. São Paulo: Paulus, 2016. Org. Lucrécia D'Aléssio Ferrara.

QUEIROZ, Antonio Augusto. Para que serve e o que faz o movimento sindical.. Brasília: DIAP, 2017. 80 p. (Série Educação Política do DIAP).

PATERNOSTRO. VI. O texto na TV -manual de telejornalismo, Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PAUL, Nora. Elementos das narrativas digitais. In: HIPERTEXTO, hipermídia: As novas ferramentas da comunicação digital. São Paulo: Contexto, 2007.

PINSKY, J; PINSKY, B.C. História da Cidadania. 5.ed. São Paulo: Contexto, 2010.

PONTE, João Pedro. O estudo de caso na investigação em educação matemática. Estudo de Caso , Online, 1994. Disponível em: [http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/jponte/docs-pt/94-Ponte\(Quadrante-Estudo%20caso\).pdf](http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/jponte/docs-pt/94-Ponte(Quadrante-Estudo%20caso).pdf). Acesso em: 14 nov. 2023.

REGO, Francisco Gaudêncio Torquato. Comunicação Empresarial / Comunicação Institucional. São Paulo: Summus Editorial, 1986.

REZNIK, Luís. Democracia e Segurança Nacional: A Polícia Política no pós-guerra. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. 188p.

RIBAS, B. Características da notícia na web – considerações sobre modelos narrativos. Disponível em: <http://br.monografias.com/trabalhos/noticia-web-modelos-narrativosjornalismo/noticia-web-modelos-narrativos-jornalismo.shtml>. Acesso em: 20 nov. 2023.

ROSSETTI, Regina. Comunicação e Inovação, São Caetano do Sul, v.14, n.27 (63-72) jul-dez 2013

Salaverría, R. (2005). Redacción Periodística en Internet. Pamplona: EUNSA

SANDRONI, Paulo. Novo Dicionário de Economia. 2 ed. São Paulo: Ed. Best Seller, 1994

SANTAROSA, Lucila Maria Costi; LIMA, Claudia Regina Uchoa. Acessibilidade Tecnológica e Pedagógica na Apropriação das Tecnologias de Informação e Comunicação por Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais. Anais. XIV Simpósio Brasileiro de Informática na Educação - NCE - IM/UFRJ, 2003.

SANTIAGO, Claudia. A importância da comunicação sindical para os trabalhadores. São Paulo: Cut, 2016.

SANTOS, L.A.M. A Liberdade Sindical como Direito Sindical, 1. ed. São Paulo: LTr, 2009.

SARMET, M. M.; SILVINO, A. M. D. Elaboração de um instrumento para avaliação de páginas de internet: a perspectiva do usuário. In: ABERGO 2002 - VII Congresso Latino-Americano, XII Congresso Brasileiro de Ergonomia. Anais do ABERGO 2002 Recife: ABERGO, 2002. Poster 040. 1 CD-ROM.

SEGATTO, José Antonio. A formação da classe operária no Brasil. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

SILVA, Reinando O. da. Teorias da administração. São Paulo: Person Prentice Hall, 2008.

SIMONI, M. Trabalhar é Preciso: Reflexões sobre o Conceito do Trabalho Humano e suas Implicações para a Engenharia de Produção, Santa Maria: SCHDS Editora, 2004.

SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Castelo a Tancredo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

TEIXEIRA N. D. Como usar cores em Layouts. Disponível em: <<http://www.dteixeira.com/?s=cores>>. Acesso em: 12 nov. 2023.

THOMPSON, E. P. A formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

THOMPSON, E. P. A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1981.

TOLEDO, Edilene. A trajetória anarquista no Brasil na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (org.). A formação das tradições (1890-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 1. p. 53-87.

TORRES, E. F. ; MAZZONI, A. A. Conteúdos digitais multimídia: o foco na usabilidade e acessibilidade. 2004. Disponível em: . Acesso em: 10 out. 2010.

VERDELHO, Valdeci. A nova imprensa sindical. In: FESTA, Regina; SILVA, Carlos E. L. Comunicação popular e alternativa no Brasil. São Paulo: Paulinas, pp. 80-98, 1986.

VIANNA, Luiz Werneck. Liberalismo e sindicato no Brasil. 4. ed. Belo Horizonte: UFMG, 1978.